

vidas roubadas

Travestis trazidas de Belém para trabalhar em São Paulo: um exemplo do tráfico de pessoas, uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo segundo a ONU.



UM DIA DE NASF | O Jornal PSI acompanha o dia de trabalho de uma psicóloga em Sapopemba, na capital paulista

EDITORIAL | TRANSPARÊNCIA E AVANÇOS

O CRP SP amplia a comunicação com os psicólogos, valorizando a transparência de suas iniciativas e buscando contribuir para a valorização da atividade.

03

CUIDANDO DA PROFISSÃO | ACOMPANHAMENTO DE CONCURSOS PÚBLICOS GARANTE DIREITOS

De julho de 2009 até dezembro de 2010 foram analisados 355 editais, que ofereceram um total de 769 vagas, além de cadastro-reserva, assegurando o espaço de atuação dos psicólogos.

04

DIREITOS HUMANOS | VIDAS ROUBADAS

Considerada pela ONU como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, o tráfico de pessoas vem sendo abordado de uma perspectiva não apenas de repressão, mas de prevenção e acolhimento às vítimas.

06

CONVERSANDO COM O PSICÓLOGO | OS PSICÓLOGOS E A TRANSEXUALIDADE

Em meio a debates sobre a patologização da transexualidade, psicólogos avaliam formas de atendimento.

10

CIÊNCIA E PROFISSÃO | 7º CONPSI: A PSICOLOGIA DEBATE SEU FAZER E SEU PENSAR

As interconexões entre as práticas e os saberes psicológicos estarão na pauta do evento que se realizará de 11 a 14 de maio em Salvador (BA).

12

POLÍTICAS PÚBLICAS | DIA NACIONAL DE LUTA ANTIMANICOMIAL FAZ 24 ANOS

Evento deste ano enfatiza a defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) e o fortalecimento das redes antimanicomiais.

12

EMERGÊNCIAS E DESASTRES | OFICINAS REFORÇAM DEFESA CIVIL COMO UM DIREITO

Oficinas destinadas a abordar a questão das emergências e desastres foram realizadas em São Paulo.

13

INSTITUCIONAL | PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO: TRANSPARÊNCIA E COMPROMISSO

A adoção de indicadores, para permitir uma avaliação mais acurada sobre o resultado das ações, foi uma das novidades do Planejamento Estratégico realizado pelo CRP SP, no qual foram definidos 70 resultados a serem alcançados no próximo triênio.

14

PERTO DE QUEM FAZ | UM DIA DE NASF

Como atua um psicólogo dentro de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)? O Jornal PSI acompanhou um dia de trabalho na Unidade Básica de Saúde Reunidas II, em Sapopemba. Aqui, um relato.

16

NUESTRA AMERICA LATINA | ULAPSI REFORMULA GRUPOS DE TRABALHO

Entidade estabelece regras para ampliar e estimular propostas para uma Psicologia latino-americana.

21

QUESTÕES ÉTICAS | DIRETRIZES NAS QUESTÕES DE FAMÍLIA

Resolução nº 008 do CFP traz diretrizes para psicólogos que atuam como peritos ou assistentes técnicos.

22

PROCESSOS ÉTICOS | O PSICÓLOGO E A INDUÇÃO A CONVICÇÕES RELIGIOSAS, SIGILO E MAPA ASTRAL

LEGISLAÇÃO | ALIENAÇÃO PARENTAL: AS DIFICULDADES EM TORNO DA LEI

Psicólogos avaliam desdobramentos da Lei 12.318, que trata da Alienação Parental.

23

24

FORMAÇÃO | AS QUESTÕES QUE AFETAM OS ESTÁGIOS DE PSICOLOGIA

Dúvidas e questionamentos têm surgido com relação à Lei do Estágio e sua aplicação na prática. Conheça essas questões, como elas estão afetando os psicólogos e o que a ABEP e o CRP SP estão fazendo a respeito.

26

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO | CRP SP APRESENTA CONTAS DE 2010.

Entenda como foram aplicados os recursos do CRP SP.

28

MURAL | O prêmio Arthur Bispo do Rosário recebe inscrições até 31 de maio.

Veja esta e outras notícias no Mural desta edição.

29

ESTANTE | VIOLÊNCIA NA ESCOLA E DA ESCOLA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

é um dos destaques da seção Estante.

30



Conselho Regional de Psicologia SP

PSI Jornal de Psicologia CRP SP é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, CRP SP, 6ª Região

Diretoria

Presidente | Carla Biancha Angelucci
Vice-presidente | Maria de Fátima Nassif
Secretária | Mariângela Aoki
Tesoureira | Fernanda Bastos Lavarello

Conselheiros efetivos

Ana Ferri de Barros, Carla Biancha Angelucci, Carolina Helena Almeida de Moraes Sombini, Fabio Souza Santos, Fernanda Bastos Lavarello, Gabriela Gramkow, Graça Maria de Carvalho Câmara, Janaina Leslão Garcia, Joari Aparecido Soares de Carvalho, Leandro Gabarra, Maria de Fátima Nassif, Maria Orlene Daré, Mariângela Aoki, Patrícia Unger Raphael Bataglia, Teresa Cristina Lara de Moraes

Conselheiros suplentes

Alacir Villa Valle Cruces, Cássio Rogério Dias Lemos Figueiredo, José Ricardo Portela, Leonardo Lopes da Silva, Lilihan Martins da Silva, Luis Fernando de Oliveira Saraiva, Luiz Eduardo Valiengo Berni, Luiz Tadeu Pessutto, Makilim Nunes Baptista, Marília Capponi, Marly Fernandes dos Santos, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Roberta Freitas Lemos, Rosana Cathya Ragazzoni Mangini, Teresa Cristina Endo

Comissão de Comunicação

Coordenadora Maria de Fátima Nassif
Gerente-geral Diógenes Pepe
Coordenador de Comunicação Waltair Martão

Realização Ziroldo Carolino Comunicação
(11) 2579-5079 | (11) 2579-5089

Jornalista Responsável Carlos Carolino (MTB 13.559)

Arte Ligia Minami

Revisão Célia Genovez

Impressão: Esdeva Empresa Gráfica
Tiragem 71.000 exemplares

Periodicidade bimestral

Sede CRP SP

Rua Arruda Alvim, 89, Jardim América
cep 05410-020 São Paulo SP
tel. (11) 3061-9494 | fax (11) 3061-0306

E-mails

Atendimento | atendimento@crpsp.org.br
Diretoria | direcao@crpsp.org.br
Informações | info@crpsp.org.br
Centro de Orientação | orientacao@crpsp.org.br
Administração | admin@crpsp.org.br
Jornal de Psicologia | jornal@crpsp.org.br
Anúncios e Livros | info@crpsp.org.br
Site | http://www.crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Assis | tel. (18) 3322-6224, 3322-3932
Baixada Santista e Vale do Ribeira
tel. (13) 3235-2324, 3235-2441
Bauru | tel. (14) 3223-3147, 3223-6020
Campinas | tel. (19) 3243-7877, 3241-8516
Grande ABC | tel. (11) 4436-4000, 4427-6847
Ribeirão Preto | tel. (16) 3620-1377, 3623-5658
São José do Rio Preto | tel. (17) 3235-2883, 3235-5047
Sorocaba | tel. (15) 3211-6368, 3211-6370
Vale do Paraíba e Litoral Norte | tel. (12) 3631-1315

FOTO DE CAPA:

foto realizada por Daniel Marengo | Folhapress

transparência e avanços

Nesta edição do *Jornal Psi* – a segunda veiculada pela gestão 2010/2013 – podemos acompanhar a intensificação das estratégias de comunicação do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Estratégias que visam aprimorar a transparência da gestão, o compartilhamento de ações e de reflexões sobre o fazer do psicólogo nos vários contextos do exercício profissional.

Um dos aspectos deste aprimoramento está relacionado ao princípio da transparência: apresentamos o planejamento estratégico realizado para o triênio, comprometendo-nos ainda mais com a efetivação das proposições do VII Congresso Nacional de Psicologia, instância máxima de deliberação sobre o exercício profissional. Apresentamos ainda o planejamento administrativo realizado entre conselheiros e trabalhadores desta autarquia, compartilhando com a categoria as iniciativas de melhoria de infraestrutura do CRP SP. Ainda em consonância com o princípio da transparência, publicamos a prestação de contas relativa ao ano de 2010, na qual psicólogas e psicólogos podem monitorar a movimentação do patrimônio gerido pelo CRP SP, compreendendo melhor quais têm sido as ações desenvolvidas em benefício da categoria e da sociedade.

Outro aspecto relativo à comunicação refere-se ao compartilhamento do cotidiano de trabalho de psicólogas e psicólogos em diferentes contextos. Nesta edição discutimos as possibilidades de trabalho no NASF. Não se trata de expor com ares de curiosidade as atividades realizadas em uma área da Psicologia, tampouco se trata de julgar as motivações e ações de nossos colegas e nossas colegas. Procuramos, com esta inovação, trazer a realidade dos contextos de trabalho, elementos das realidades locais, as discussões teóricas e técnicas que dele derivam, bem como os posicionamentos da Psicologia, que visam sempre colaborar com a oferta de serviços adequados e efetivos à população. Desse modo, ao discutirmos um modo de fazer Psicologia, evidenciamos a diversidade de possibilidades que nossa profissão proporciona, bem como a criatividade, o compromisso e os dilemas vividos diariamente por nossos colegas. Tal compartilhamento possibilita a cada um e a cada uma de nós a reflexão sobre a própria prática e o aprimoramento da oferta de serviços.

Como fazemos costumeiramente, são também apresentadas discussões sobre temáticas e áreas de inserção da Psicologia. Com isso, assuntos, abordagens e tecnologias ganham visibilidade, muitas vezes evidenciando práticas de nossa profissão pouco conhecidas ou sequer discutidas. Ganhamos todos e todas com isto, afinal, o que está em debate é a própria profissão em suas inúmeras e ricas facetas. Não cabe mais entendermos os diferentes fazeres de nossa profissão como áreas estagnadas, fragmentadas e sem comunicação. As atividades de nossos colegas e nossas colegas nas Varas de Família põem em discussão também a avaliação psicológica, todos os trabalhos em interface com a Justiça, o atendimento à infância, etc. Mais uma vez, é a profissão que, diante de suas próprias contradições e dos desafios colocados a partir da realidade concreta, avança de fato em suas contribuições para a população.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Gestão 2010 – 2013

acompanhamento de concursos públ

EDUCAÇÃO



GENERALISTA | CARGO LARGO



JURÍDICA



PROFESSOR



De julho de 2009 até dezembro de 2010 foram analisados 355 editais, que ofereceram um total de 769 vagas, além de cadastro-reserva, assegurando o espaço de atuação dos psicólogos.

Defesa, Proguaru e Prefeituras de Carapicuíba, Cássia dos Coqueiros, Guapiaçu, Marília, Pontal, Santo André e Tarumã.

Também foram obtidas outras mudanças importantes como a adequação da norma de avaliação psicológica (EMDEC e Prefeituras de Cássia dos Coqueiros, Itatiba, Juquiá e Mairiporã); a alteração de requisito no concurso dos Correios (de “Bacharelado em Psicologia” para “Graduação em Psicologia e CRP”) e, no concurso da Prefeitura de Conchal, ocorreu a alteração de “credenciamento na Receita Federal” para “credenciamento na Polícia Federal”.

Aspecto a ser destacado é o acompanhamento das nomeações de psicólogos para o Tribunal de Justiça/SP. Das 408 vagas previstas no edital de 2005, somente foram nomeados 202 (49,5%). Diante da necessidade de reposição de servidores aposentados e do aumento crescente da demanda de intervenção do psicólogo, esse número está aquém do necessário. Outro desafio será a análise de vagas divulgadas para a prestação de serviços de Psicologia ao Sistema Único de Saúde (SUS), como as oferecidas pelas Organizações Sociais (OSs), Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPIs) e Fundações.

Numa próxima etapa, além de continuar monitorando os editais de interesse da Psicologia no estado, o CRP SP quer intensificar ainda mais as ações conjuntas com o Sindicato dos Psicólogos (SinPsi) tendo em vista as condições salariais e a jornada de trabalho. Vale lembrar que o Conselho tem a obrigação de zelar pela qualidade dos serviços prestados à população. A qualidade desses serviços passa obrigatória-

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo tem obtido conquistas importantes desde que iniciou o monitoramento de editais de concursos públicos de interesse da Psicologia no estado de São Paulo, em 2009. Entre os objetivos do monitoramento está o de contribuir para que os espaços de trabalho dos psicólogos sejam assegurados. Com base nesse acompanhamento, o CRP SP tem mantido contato com instituições e entidades organizadoras dos concursos a fim de que os editais incluam a demanda por psicólogos quando estes estejam habilitados a exercer a função ou, ainda, que os requisitos demandados nos editais estejam de acordo com a legislação que regula a atuação dos psicólogos.

O CRP SP está marcando sua presença e esclarecendo as possibilidades de intervenção social do psicólogo. Para o psicólogo a intervenção resulta na oferta de uma maior diversidade do campo de atuação, além de ampliar a possibilidade de trabalho. Para a sociedade, poder contar com mais profissionais qualificados concorrendo aos cargos, resultando em melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Muitas orientações dadas às entidades

organizadoras dos concursos passaram a ser incorporadas automaticamente em novos editais. O Conselho também tem recebido consultas na elaboração de editais, o que coloca a entidade como fonte de referência nessas questões e como sujeito ativo na elaboração e implementação das políticas públicas.

De julho de 2009 até dezembro de 2010 foram analisados 355 editais, que ofereceram um total de 769 vagas, além de cadastro-reserva. Em linhas gerais, os editais estavam voltados para as seguintes áreas: 45 para Recursos Humanos, 19 para Educação, 35 para Psicopedagogia, 37 para Saúde, 6 para Jurídica, 32 para Professor e 181 generalistas/ cargo largo (incluindo atuação em Prefeitura). Os mapas acima situam as regiões onde as vagas foram oferecidas.

O resultado da articulação com o Poder Público levou a diversas conquistas tais como a inclusão da possibilidade do psicólogo concorrer à vaga de psicopedagogo (Prefeituras de Chavantes, Iperó, Leme, Mogi das Cruzes, Tambaú, Taquarituba e Votuporanga) ou Recursos Humanos (Câmara de Embu das Artes e Lorena), da necessidade de inscrição no CRP SP (CTA Ministério da

licos garante **direitos**

PSICOPEDAGOGIA

RECURSOS HUMANOS

SAÚDE

REGIÃO METROPOLITANA | SÃO PAULO

CONCURSOS DE INTERESSE DA PSICOLOGIA
TODAS AS ÁREAS (JUL/2009 A DEZ/2011)

mente pelas condições de trabalho e é nesse sentido que o Conselho estará atuando.

SALÁRIOS E JUSTIÇA – Para o presidente do SinPsi, Rogério Giannini, a entidade tem procurado intervir em casos de concursos cujos salários oferecidos ficam muito abaixo do mercado. “Há casos de salários de 700 reais por 40 horas, um valor muito inferior, por exemplo, aos 1.815 reais que é o piso dos psicólogos dos hospitais e clínicas do setor lucrativo”. Em geral, diz, esses casos acontecem em cidades pequenas e em concursos que oferecem uma ou duas vagas.

“O sindicato tem oficiado essas prefeituras e a Câmara Municipal correspondente e, quando possível, pedimos a mediação do sindicato dos servidores públicos local na tentativa de abrir um processo de negociação”, afirma Rogério. Os resultados, contudo, não são animadores: “Não há obrigatoriedade de negociação no setor público e há, por força da Constituição Federal, autonomia do legislador municipal para a definição de cargos e salários”, explica Rogério.

Diante disso, o SinPsi tem procurado alertar os gestores para as consequências de pagar salários tão aviltados. Uma delas é o do plano de carreira informal, no qual o profissional faz um concurso e fica aguardando o próximo em uma cidade vizinha. Outra, é a realização de acordos informais, nos quais há redução da jornada pela consciência de que é pouco o que se está pagando. O resultado final, em situações desse tipo, é que a prestação de serviços de qualidade à população fica relegada a um plano secundário.

O SinPsi entende que a pressão social e a denúncia pública de condições salariais muito ruins é o caminho a ser seguido. Municípios muito pequenos, contudo, se mostram pouco vulneráveis à opinião pública negativa, o que torna a tarefa mais difícil. Rogério lembra que, frente a essa situação, parte da categoria tem clamado por um piso legal nesses concursos. A legislação é, mais uma vez, o problema. Segundo Rogério, mesmo que houvesse um piso normativo, a Constituição e a Lei de Responsabilidade Fiscal vedam a aplicação desse piso aos entes públicos, que ficam condicionados aos limites contingenciais do orçamento.

Outra dificuldade com relação a concursos é a não chamada dos aprovados, como acontece no caso do Tribunal de Justiça de São Paulo. De acordo com o presidente do SinPsi, há decisões de tribunais que apontam para a obrigatoriedade de se contratar os aprovados no número de vagas disponibilizados, considerando que se trata de direito adquirido. Contudo, a falta de uma normatização mais precisa dos concursos tem permitido o argumento de que os concursos visam vagas de reserva, o que gera mera expectativa de direito, como foi o caso do concurso do TJ. Caberia, assim, uma diferenciação entre vagas que de fato existem, como as provenientes de vacância, da reserva prevendo uma possível vacância. Segundo Rogério, o SinPsi entrou na justiça buscando a garantia da contratação, perdeu em primeira instância, mas está recorrendo. O aspecto interessante, segundo ele, é que o julgamento foi feito no próprio TJ. ●

REQUISITOS

A avaliação psicológica em concursos públicos deve estar prevista no edital. Saiba quais aspectos precisam ser atendidos:

- Previsão legal específica. Recomendamos aos gestores, quando necessário, solicitarem a adequação junto aos órgãos legislativos.
- Trazer nos editais o detalhamento de características psicológicas (desejáveis ou indesejáveis) exigidas pelo cargo, explicitando-as a partir do perfil profissiográfico do cargo objeto do concurso.
- Citar as dimensões ou parâmetros estabelecidos para avaliação de cada característica psicológica avaliada.
- Observar o Código de Ética Profissional do Psicólogo e outras normatizações da profissão, tais como a Resolução CFP 01/02 (concursos), Resolução CFP 02/03 (testes psicológicos) e Resolução CFP 07/2003 (documentos escritos).
- Apoiar-se em informações contidas nos manuais dos instrumentos técnicos utilizados (manuais dos testes), consultando sempre a condição favorável dos testes psicológicos na listagem do SATEPSI.
- Prever a entrevista devolutiva e/ou apresentação de recurso.

Fundamentos: Art. 37, I e II da Constituição Federal, Súmula 686 STF, Jurisprudências STF e STJ, Decreto 7308/10 e Resolução CFP 01/02.

Conheça a Resolução CFP 01/02 na íntegra. Acesse www.crpsp.org.br – item ‘Legislação’.

→ direitos humanos

vidas

FOTO DANIEL MATEUCCI | FOLIAPIRETS

roubadas

Considerada pela ONU como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, o tráfico de pessoas está sendo abordado em uma perspectiva não apenas de repressão, mas de prevenção e acolhimento às vítimas.

Travesti encontrada em pensão no bairro do Cambucí, em São Paulo, em ação desenvolvida pela polícia, em fevereiro deste ano.

em dezembro de 2010, a polícia deteve o empregado Marcioir Silveira Teixeira por submeter 40 trabalhadores em condições que a lei define como análogas à escravidão. Recrutados na região Nordeste do Brasil e no Litoral Sul de São Paulo, os homens trocavam dormentes e faziam a manutenção de trilhos da linha ferroviária Mairinque-Santos, administrada pela América Latina Logística (ALL), no trecho do Parque Estadual da Serra do Mar, em São Paulo. Ficavam abrigados precariamente em contêineres, a alimentação muitas vezes se limitava a bananas e, de acordo com um dos trabalhadores, Luiz Muniz dos Santos, eram ameaçados quando questionavam sobre os pagamentos.

Em fevereiro deste ano, a polícia localizou em uma pensão no Cambucí, na capital paulista, sete adolescentes travestis, com idades entre 14 e 17 anos. As jovens foram trazidas de Belém, no Pará, e tinham de cumprir uma jornada diária de 9 horas, das 20 horas até às 5 horas, prostituindo-se nas ruas. A família de uma das adolescentes, "Daiany", que denunciou o esquema de tráfico, está sendo alvo de ameaças. Cinco delas retornaram ao estado de origem logo após a intervenção policial.

Os episódios acima descritos são exemplos recentes de uma prática que gera preocupação crescente em todo o mundo: o tráfico de pessoas. Formalmente, "o recrutamento, o transporte, a transferência, o alojamento ou o acolhimento de pessoas, recorrendo à ameaça, ao uso da força ou outras formas de coação, ao rapto, à frau-

de, ao engano, ao abuso de autoridade ou à situação de vulnerabilidade ou à entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios para obter o consentimento de uma pessoa que tenha autoridade sobre outra para fins de exploração", segundo define o Protocolo de Palermo, de 2000.

Dados do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), apontam o tráfico de pessoas como uma das atividades criminosas mais lucrativas do mundo, movimentando em torno de 32 bilhões de dólares por ano. Segundo a entidade, a exploração sexual é a forma predominante desse tipo de tráfico, seguida do trabalho forçado. Mas a lista ainda pode ser completada com outras ações, como a remoção ilegal de órgãos, como a denunciada em entrevista à rede de notícias CNN pelo primeiro-ministro do Haiti, Jean-Max Bellerive, após o terremoto que atingiu aquele país no início de 2010.

Signatário do Protocolo de Palermo, o Brasil instituiu o I Plano Nacional Contra o Tráfico de Seres Humanos (2007-2010). Nele estavam previstos três eixos de atuação: 1) prevenção 2) repressão e responsabilização e 3) assistência integral às vítimas. Concretamente, o I Plano contou com ações conjuntas entre o Ministério da Justiça, a Secretaria Especial de Direitos Humanos, a Secretaria para Mulheres e recebeu investimentos na ordem de 42 milhões de reais. Foram criados 126 novos centros de referência especializados em assistência social e outros 39 de atendimento à mulher. Também foram formados Núcleos de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas (NETPs) nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Acre, Goiás, Bahia e Ceará.

TRABALHO ES CRAVO PREOCUPA

A psicóloga Elen Rose Pereira de Freitas assumiu, em nome da Sede Regional de São José do Rio Preto do CRP SP, a presidência do recém-criado Comitê Regional Interinstitucional de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas de São José do Rio Preto (CIPETP). Esse comitê é um dos 12 Comitês Regionais presentes no estado, cada qual responsável pelas ações nos municípios de sua circunscrição, dessa forma atendendo a todo o estado de São Paulo.

“Falar de tráfico assusta”, diz Elen. “São pessoas que estão tendo suas vidas roubadas e isso não pode ser ignorado. A Psicologia tem um compromisso com a defesa dos Direitos Humanos e pode dar uma contribuição importante, especialmente no que se refere aos aspectos de prevenção e de acolhimento das vítimas”, diz.

Segundo Elen, o trabalho escravo é um dos tópicos de maior preocupação na região, em função do grande número de trabalhadores em fazendas de cana-de-açúcar. “Há pessoas que trabalham exaustivamente tendo que produzir através do corte até 10, 12 toneladas de cana/dia, isto muitas vezes sem contar com assistência médica, trabalhista e sem acomodações adequadas. Muitos acabam morrendo pela exaustão”, relata. Segundo ela, combater esse tipo de situação é ainda mais difícil por conta de uma cultura escravista que ainda perdura no país. “Isso faz com que as pessoas olhem para situações como essa de forma natural, sem se dar conta da sua gravidade”.

A exemplo da estrutura operante no Comitê Estadual de São Paulo, o CIPETP de São José do Rio Preto conta com a colaboração do poder público federal e estadual local, além do poder público municipal e da sociedade civil. Conta ainda com quatro Grupos de Trabalho (GTs): GT Capacitação, que busca o aprimoramento técnico e legislativo para todos os agentes; GT Banco de Dados, que fornece e fomenta o banco de dados através das demandas assistidas pelo comitê; GT Institucional, que estuda e divulga entre os agentes as leis e normas que norteiam as ações dos agentes e GT Comunicação, que por meio da comunicação coloca todos os agentes do comitê a par de tudo o que ocorre bem como todas as informações recebidas do Núcleo.

“Quanto mais pessoas estiverem interessadas e comprometidas com esse tema, melhor tenderá a ser o nosso trabalho”, afirma Elen. Uma vez por mês há uma reunião com os presidentes e ou representantes dos CIPETPs no NETP-Núcleo de Enfrentamento e Tráfico de Pessoas em São Paulo. “É um espaço onde os agentes dos vários CIPETPs podem trocar experiências e fazer uma avaliação do trabalho desenvolvido em seus comitês.”

O ENFRENTAMENTO – Segundo Ricardo Lins, coordenador nacional do Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, a capacitação de profissionais e a mobilização da sociedade, por meio de campanhas, contribuíram para dar mais visibilidade ao tema e aumentar o número de denúncias. Do ponto de vista da repressão e punição, ele aponta a condenação, após a instituição do plano, de 211 pessoas por crimes dessa natureza (segundo dados do Ministério Público Federal). A expectativa, agora, é de que as ações prossigam a partir desse passo inicial (*leia entrevista na página 9*). Discutir esses caminhos e propor ações para o II Plano foi o objetivo do Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas que se realizou no final de 2010, em Belo Horizonte.

O Estado de São Paulo também conta com uma Política Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, elaborada a partir da participação do poder público e da sociedade civil em fóruns regionais para a sua construção, realizados em 2007 e 2008. O Comitê Estadual Interinstitucional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, vinculado ao Núcleo de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de São Paulo, é composto por 44 instituições do poder público Federal, Estadual e Municipal e representantes da sociedade civil.

De acordo com a coordenadora do Núcleo, a psicóloga Anália Belisa Ribeiro, existem hoje, no estado, 12 Comitês Regionais Interinstitucionais de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CIPETPs), os quais contam em sua composição com

representações das Sedes Regionais do Conselho Regional de Psicologia (CRP-SP), além do já mencionado Comitê Estadual. “Um avanço importante nesses três últimos anos foi a construção de um fluxograma de atendimento de toda a rede para os casos de tráfico de pessoas que hoje está sendo utilizado como referência pelos NETPs de todo o Brasil”, afirma Anália. Para 2011, diversas atividades estão previstas, entre elas a de subsidiar a criação de um sistema integrado de informações e a realização de um amplo mapeamento dos recursos de retaguarda (equipamentos públicos) de proteção e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.

Ainda que tenham ocorrido avanços nessa área, há reparos quanto ao ritmo de implantação da política no país. Para Paulo Fadigas, juiz da Vara da Infância e Juventude de São Paulo e membro do Comitê Estadual de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Estados importantes, como Minas Gerais, só agora começam a formar núcleos. “Esse é um tipo de situação que não admite buracos”, diz Fadigas. “Os exploradores sabem disso e se aproveitam dessa fragilidade. É preciso que esse enfrentamento esteja organizado e presente em todo o Brasil”.

De qualquer maneira, vale destacar que o conceito de tráfico de pessoas amplia uma percepção sobre situações de exploração que antes eram vistas sob um contexto mais limitado. O caso de Luiz Muniz dos Santos e dos demais trabalhadores encontrados na Serra do Mar, por exemplo, deixa de ser visto sob uma ótica puramente trabalhista – o chamado “trabalho em condições análogas à escravidão” – e passa a merecer um exame mais amplo, resultando em mais uma tipificação, o comércio de vidas, que, em última análise, aumenta a responsabilidade do Estado e da sociedade em relação a esse tipo de crime.

PREVENÇÃO E ATENDIMENTO – “A prevenção e o atendimento são dois aspectos especialmente relevantes na questão do tráfico de pessoas”, diz o psicólogo Juliano de Sá Lobão, que atua no NETP de São Paulo. “No que diz respeito à prevenção, os psicólogos

Anália Belisa Ribeiro: criando um sistema integrado de informações e um mapeamento dos recursos de retaguarda. Ao lado, Juliano Lobão, que destaca a importância dos psicólogos na identificação e atendimento às vítimas do tráfico de pessoas.



gos e demais profissionais, em particular os que atuam na rede pública, podem demandar o apoio do NETP e da rede formada pelos Comitês Regionais presentes em todo o estado para investigar os casos de exploração que cheguem ao seu conhecimento”, diz.

Outro aspecto é o do atendimento às pessoas que foram vítimas desse tipo de crime. “Não existe um protocolo dedicado de atendimento para pessoas nessa situação e isso é algo que precisa ser construído. Acredito que um ponto importante é trabalhar bem a escuta. Uma pessoa vítima de tráfico, que passou por violências e violações de direitos humanos e, portanto, de violação à dignidade humana, pode querer falar sobre isso ou não. Entender a necessidade da pessoa naquele momento é fundamental para dar a ela o devido acolhimento que ela necessita.”

Não se trata de uma situação fácil. Como observa Juliano, muitas das vítimas conservam a perspectiva do sonho, de que irão melhorar de vida e que estão naquela situação por vontade própria, alheias à percepção de sua situação em um mercado cujo produto é a vida humana. Um bom indicador desse fenômeno são as adolescentes travestis identificadas no bairro do Cambuci, em São Paulo, que declararam sua intenção de voltar a São Paulo na primeira oportunidade. “É só o tempo de chegar a Belém, arrumar os R\$ 300,00 da passagem de ônibus e encarar dois dias de viagem”, disse Samantha, 17 anos. ●

FIQUE ALERTA

PARA COMUNICAR OU OBTER ORIENTAÇÃO
EM CASOS DE TRÁFICO DE PESSOAS

181 ou **(11) 3241-4291**



O QUE ESPERAR DO II PLANO

Na entrevista a seguir, o coordenador Nacional do Plano de Enfrentamento de Tráfico de Pessoas do Ministério da Justiça, Ricardo Lins, fala sobre as expectativas e desafios da área.

PSI – Como está a elaboração do II Plano?

Ricardo Lins – A Secretaria Nacional de Justiça criou um Grupo de Trabalho para coordenar o processo de elaboração do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. O GT é formado pelo Ministério da Justiça (Secretaria Nacional de Justiça e Secretaria Nacional de Segurança Pública), Secretaria de Direitos Humanos e Secretaria de Políticas para Mulheres. O GT está finalizando relatório, onde constarão as recomendações sobre a metodologia de elaboração do II Plano Nacional e o texto-base com as contribuições dos participantes do I Encontro Nacional da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, realizado em Belo Horizonte. Uma das recomendações a ser proposta pelo GT é a de participação da sociedade civil na elaboração do II Plano Nacional, o que já é uma diretriz adotada pelo governo federal desde o processo de elaboração do I Plano Nacional.

PSI – O que se pode esperar desse II Plano?

Ricardo Lins – O II Plano Nacional será implementado após um longo aprendizado adquirido pela experiência de implementação do I Plano. No I Encontro Nacional, ouvimos os segmentos sociais quanto ao que precisávamos melhorar em um II Plano. Um segmento que pediu mais ações no II Plano foi o de travestis e transexuais, e isto será considerado pelo governo federal. Outro ponto significativo, é que vamos dar uma importância maior ao enfrentamento do tráfico interno já que o tráfico internacional teve um número maior de ações no I Plano. O tráfico de pessoas para fins de trabalho escravo terá ações voltadas a prevenir essa prática, com campanhas de mobilização social, e ações que promovam uma reinserção social de vítimas. Ações de capacitação de agentes públicos, campanhas de mobilização, ampliação da rede de atendimento às vítimas e uma maior cooperação internacional para reprimir o crime terão continuidade no II Plano.

PSI – Qual o principal desafio para os próximos anos?

Ricardo Lins – Considero que o II Plano terá um desafio fundamental para sua eficácia: promover o diálogo com outros planos voltados a prevenir violências que têm interface com o tráfico de pessoas, a exemplo da violência contra mulheres, crianças, adolescentes, travestis e transexuais. Ou seja, deveremos promover uma maior intersetorialidade da temática. Outra importante questão é que o II Plano Nacional terá indicadores construídos para avaliar o seu desempenho. Isso facilitará para que toda sociedade possa fazer um melhor monitoramento do Plano.

os psicólogos e a transexualidade

a forma de abordar a transexualidade no âmbito da Saúde coloca questões importantes para a Psicologia e para os psicólogos. O tema ainda é objeto de amplos debates, entre os quais se destaca a caracterização da transexualidade como doença, o que traz uma série de desdobramentos para os profissionais e para a população atendida.

A transexualidade se encontra formalmente classificada no Código Internacional de Doenças (CID 10), elaborado pela Organização Mundial da Saúde e é referida, ainda, como “Transtorno de Identidade de Gênero”, pelo Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM IV). Há, no entanto, um movimento pela despatologização da transexualidade que avança em diversas partes do mundo, incluindo o Brasil. Sua principal vitória foi alcançada em fevereiro de 2010, quando a França deixou de considerar a transexualidade como doença.

Críticos da patologização, como a socióloga Berenice Bento, autora do livro “A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual”, sustentam que não existe um exame clínico que conduza à produção de um diagnóstico. Ocorre que a caracterização da transexualidade como doença tem servido para garantir a realização de cirurgias, notadamente no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Vale lembrar que a primeira cirurgia de readequação sexual no Brasil foi realizada em 1971, pelo cirurgião plástico Roberto Farina, condenado por lesão corporal grave e absolvido somente em 1979. A prática

somente se tornou legal a partir de 1997, quando o Conselho Federal de Medicina emitiu resolução autorizando a realização das cirurgias de transgenitalização.

Em agosto de 2008, o Ministério da Saúde instituiu, pela portaria 1.707, o chamado processo transexualizador. Dessa forma, uma intervenção de custo elevado passou a estar disponível à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). De lá para cá, o SUS tem estendido as autorizações para cirurgias nessa área. A mais recente ocorreu no segundo semestre de 2010 quando as cirurgias para retirada de seio e de útero (no casos conhecidos de homens transexuais, transição de mulher para homem) passaram a ser autorizadas em qualquer instância e não apenas em caráter experimental.

Berenice Bento entende que cirurgias via SUS foram uma inegável conquista dos movimentos sociais, mas afirma que a questão precisa ir além desse ponto: “A cirurgia é financiada, mas a autonomia do sujeito não é discutida”, diz. “Quem quiser fazer a cirurgia ou apenas receber hormônios precisa se submeter a protocolos; tem de passar por exames médicos e por sessões de Psicologia até receber um laudo”. Não se trata, segundo ela, de negar os benefícios que poderiam advir desse acompanhamento, mas da tutela que se estabelece pelo Estado.

A Conselheira do CRP SP e coordenadora da Comissão de Sexualidade e Gênero da entidade, Ana Ferri de Barros, entende que, assim como a França, o Brasil deveria deixar de considerar a transexualidade como doença. “É possível garantir o atendimento aos/às transexuais, incluindo a realização de cirurgias, buscando-se amparo no princípio da integralidade do SUS”, diz. “Esse princípio permite reconhecer que há situações de sofrimento que podem ser superadas com práticas de cuidado da saúde, ainda que não resultantes de uma doença”.

Berenice Bento: socióloga reconhece o benefício das cirurgias via SUS, mas defende a autonomia do sujeito na tomada de decisões.

DESAFIOS PSI – Para os psicólogos que atuam na área, o acompanhamento dos processos de readequação sexual ainda demanda uma série de reflexões, envolvendo desde a formação acadêmica até a construção de referências de atuação. Vale notar que o CRP SP vem, desde 2008, estabelecendo um diálogo com os psicólogos que atuam na área, o movimento social, e ainda com outros saberes como a Sociologia, o Serviço Social e o Direito, a fim de construir referências próprias da Psicologia para a atuação, uma vez que os profissionais que hoje trabalham junto ao chamado processo transexualizador utilizam como referência as indicações dos manuais psiquiátricos. Segundo a psicóloga Maria Angélica Fonseca Soares, membro da Comissão de Sexualidade e Gênero, o CRP SP tem avaliado aspectos potencialmente controversos, tais como a emissão de laudos para cirurgias ou para a prescrição de hormônios.

O Jornal PSI ouviu duas psicólogas que atuam na área: Bárbara Dalcanale Meneses, do Centro de Referência LGBT, da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da prefeitura de Campinas, e Judit Lia Busanello, diretora técnica do Ambulatório de Travestis e Transexuais, no núcleo de DST da Secretaria de Estado da Saúde, em São Paulo. Nas entrevistas a seguir, elas falam sobre o trabalho que desenvolvem e de como avaliam as questões envolvendo a transexualidade. ●

MUDANÇA DE NOME

A mudança de nome é uma questão importante para as pessoas cuja identidade de gênero diverge de seu sexo biológico. Um avanço nesse aspecto foi o Decreto Estadual 55.558, de 17 de março de 2010, que dispôs sobre o tratamento nominal das pessoas transexuais e travestis nos órgãos públicos do estado de São Paulo. De acordo com o artigo 10, fica assegurado às pessoas transexuais e travestis o direito à escolha de tratamento nominal nos atos e procedimentos promovidos no âmbito da Administração direta e indireta do estado de São Paulo. A resolução prevê que o prenome adotado no registro civil seja utilizado para os atos que ensejarem a emissão de documentos oficiais, acompanhado do prenome escolhido.



duas experiências de atendimento



BARBARA MENESES



JUDIT BUSANELO

O Jornal PSI ouviu duas psicólogas que atuam na área: Bárbara Dalcanale Meneses, do Centro de Referência LGBT, da Secretaria de Cidadania, Assistência e Inclusão Social da prefeitura de Campinas, e Judit Lia Busanello, diretora técnica do Ambulatório de Travestis e Transexuais, no núcleo de DST da Secretaria de Estado da Saúde, em São Paulo. Nas entrevistas a seguir, elas falam sobre o trabalho que desenvolvem e de como avaliam as questões envolvendo a transexualidade.

BÁRBARA MENESES

PSI – Há quanto tempo você atua no Centro de Referência LGBT e como é o seu trabalho?

Bárbara – Trabalho no Centro de Referência, desde 2003. Faço um acompanhamento de pessoas LGBT e dos familiares. Com relação aos transexuais, homens e mulheres, nós também fazemos o acompanhamento nos chamados processos de transexualização. Que deveriam, na verdade, ser chamados de processos de destransexualização, uma vez que o objetivo é exatamente o de que a pessoa saia dessa condição de transição. Em paralelo, eu trabalho com outros profissionais, como endocrinologistas, que avaliam a questão hormonal, ou com cirurgiões que atuam nessa área. Não tenho um número exato, mas nesses anos devo ter acompanhado perto de uma centena de casos de pessoas transexuais.

PSI – Como é o trabalho de atendimento?

Bárbara – Se a pessoa chega em um estágio inicial, eu começo pesquisando algumas questões básicas: desde quando ela se sente mulher ou homem; em que momento da vida passou a perceber um desencontro entre sexo biológico e identidade de gênero; como é a relação com a família e com as demais pessoas com as quais convive. Nessa etapa também tento eliminar outras possibilidades de diagnóstico, como uma psicose ou uma esquizofrenia.

PSI – O que acontece em seguida?

Bárbara – À medida que o processo avança, meu trabalho se volta para preparar aquela pessoa para as mudanças que acontecerão. No caso de uma mulher transexual (MtF – *Male to Female*), por exemplo, ela precisa estar preparada para acordar da cirurgia e encontrar uma vagina no lugar dos antigos órgãos sexuais. Nesse sentido, é algo bastante parecido com os cuidados dados aos pacientes de cirurgias bariátricas. Mas há uma série de outros aspectos importantes e específicos com os quais a pessoa que passa por uma cirurgia de readaptação terá de lidar.

PSI – Por exemplo?

Bárbara – Lidar com o passado. No caso das mulheres transexuais, ela pode acordar da cirurgia como mulher, mas ainda carregando um documento masculino. Ela pode enfrentar situações difíceis até resolver isso. Outra situação comum é quando, mais tarde, ela inicia um relacionamento. O que ela faz? Conta ou não conta? Se não contar, como é que vai ser se alguém disser para a pessoa? São situações como essas que a gente procura conversar com as pessoas na busca da melhor resposta para cada uma.

PSI – Alguém que você tenha atendido já se arrependeu de ter feito a cirurgia?

Bárbara – Não conheço nenhuma menina que tenha feito a cirurgia e tenha se arrependido. Às vezes ocorrem coisas posteriores à cirurgia, como dificuldade para urinar, que geram alguns transtornos e queixas, mas não arrependimento. Até onde eu saiba, já houve no passado casos de pessoas que se arrependeram de ter feito cirurgia. Isso levou a quadros de depressão, seguidos de suicídio em alguns casos. Entendo que esse prazo de dois anos, hoje requerido para fazer a cirurgia e o acompanhamento psicológico, contribuem para reduzir esse tipo de situação.

JUDIT BUSANELO

PSI – Como é feito o atendimento aqui no ambulatório?

Judit – Nosso serviço funciona de portas abertas, com um protocolo de entrada que basicamente se divide em duas portas. Se o paciente tem algum sintoma físico, sua entrada será pelo atendimento médico. Se a demanda for geral, a porta é a do acolhimento. Esse acolhimento pode ser feito por um psicólogo, por um assistente social ou por um educador. O principal objetivo desse acolhimento é identificar a demanda da pessoa. Se nesse acolhimento, for observado algum sofrimento psíquico, é solicitada uma consulta com um dos psicólogos da equipe.

PSI – Quais as demandas dos pacientes trans?

Judit – Temos basicamente dois tipos de demandas no caso de paciente trans: os que querem acompanhamento hormonal, clínico, psicológico e os que querem, além desse acompanhamento geral, a cirurgia de redesignação sexual. Para esses, se faz necessária a atuação mais específica do psicólogo. Estamos fazendo, internamente, algumas discussões sobre as formas de realizar o acompanhamento psicoterápico exigido pelo CFM. Se individual ou grupal, qual a periodicidade das sessões, etc.

PSI – O que se leva em conta na elaboração de um laudo?

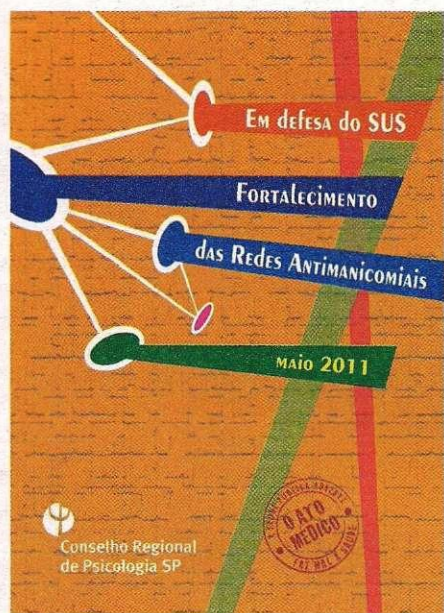
Judit – Para elaboração do laudo, fazemos algumas sessões individuais para investigar as questões da identidade de gênero e seus desejos de transformação. Para as pessoas transexuais que não tem desejo de se submeter à cirurgia, após o laudo inicial é oferecido psicoterapia caso tenha interesse. Mas, para aqueles que querem a cirurgia, explicamos que por hora os critérios para a cirurgia incluem a psicoterapia. Assim, com esse paciente, iniciamos o acompanhamento psicoterápico que pode ser individual ou grupal.

PSI – É necessário um acompanhamento psicoterápico para a prescrição de hormônios?

Judit – Essa é uma questão difícil e estamos em busca de referências esclarecedoras quanto a necessidade e até mesmo a legitimidade do laudo psicológico para a transexualidade. Compreendemos que esta deva ser uma discussão ampliada, envolvendo também Conselhos de outras categorias. O laudo tem um caráter benéfico de um ponto de vista prático. Das pessoas que nos procuram, cerca de 90% estão em busca de uma forma certa de utilização de hormônios. O laudo permite que essas pessoas obtenham hormônios com orientação médica. Sem ele, sabemos que elas irão tomar por conta própria e se expor a efeitos colaterais que acabarão chegando ao serviço de saúde.

PSI – Como vê a questão da obrigação de acompanhamento psicoterápico?

Judit – Essa é outra questão problemática, pois pode criar um viés no atendimento. Acreditamos que devemos ter o serviço disponível para quem desejar fazer a terapia ou mesmo algum acompanhamento para esclarecimento de dúvidas quanto à cirurgia, evitando-se fantasias ou mitos. No entanto, acompanho muitos pacientes que tem sua vida estruturada, equilibrada, organizada, tanto do ponto de vista econômico, emocional, social, familiar e que não tem nenhuma demanda psíquica.



dia nacional de luta antimanicomial faz 24 anos

A data de 18 de maio – o Dia Nacional da Luta Antimanicomial – simboliza o enfrentamento do estigma que ronda a pessoa que sofre com o transtorno mental, reafirma seu direito a um tratamento público, integral e de qualidade e a possibilidade desta pessoa exercer sua cidadania.

Criado em 1987 durante o II Congresso Nacional dos Trabalhadores em Saúde Mental, realizado na cidade de Bauru, e fortalecida com a promulgação da Lei da Reforma Psiquiátrica de 2001, o 18 de maio representa também a luta diária por uma sociedade sem manicômios, o respeito pelas diferenças e pela perspectiva da participação popular.

Para comemorar a data, o CRP SP e seus parceiros (Rede de Saúde Mental e Ecosol, Fórum da Luta Antimanicomial de Sorocaba–Flamas, Associação Vida em Ação, Abrasme, SinPsi) programaram uma série de atividades durante o período de 16 a 21 de maio. A Semana da Luta Antimanicomial será marcada por eventos na Sede e nas Subsedes, com ênfase na defesa do Sistema Único de Saúde–SUS e no fortalecimento das redes antimanicomial.

Entre as atividades, podem ser destacados debates sobre a Psicologia das Emergências e Desastres, Políticas Públicas sobre Álcool e Drogas, Privatização do SUS, Saúde Mental para crianças e adolescentes, Economia Solidária, “Não ao Ato Médico” e Movimentos sociais antimanicomial, além do lançamento da cartilha popular Bem-querer é o melhor remédio. Esses eventos serão realizados em São Paulo em diferentes locais da cidade.

Outros eventos estão sendo organizados na Grande São Paulo e no Interior. A programação completa e outras informações podem ser conferidas no site que o CRP criou especialmente para a Semana:

www.crp.org.br/lutaantimanicomial

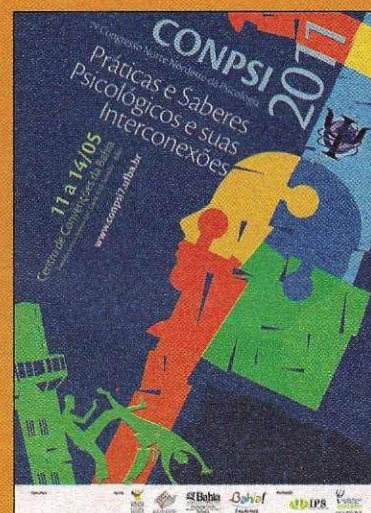
7º conpsi a psicologia debate seu fazer e seu pensar

Práticas e Saberes Psicológicos e suas interconexões. Esse é o tema do 7º Congresso Norte Nordeste de Psicologia (CONPSI), que se realizará de 11 a 14 de maio em Salvador (BA). Desde a sua criação, o CONPSI é um espaço nacional de diálogo entre o mundo acadêmico e o mundo profissional da Psicologia brasileira, que procura fortalecer o intercâmbio entre a produção de conhecimento científico e a qualificação e desenvolvimento dos serviços prestados à sociedade pelos psicólogos.

Segundo o presidente da comissão organizadora do evento e professor da Universidade Federal da Bahia, Antonio Marcos Chaves, o 7º CONPSI deverá superar os cinco mil participantes. “Teremos a presença de muitos psicólogos da América Latina e também alguns da África, da Europa e da Ásia”, afirma. No total, segundo ele, estão previstas a realização de mais de 3 mil atividades, como simpósios, mesas-redondas e painéis, além das 12 conferências principais, com a participação de convidados do Brasil e do Exterior. Entre estes estarão Jorge Vala, da Iscte-lul – Instituto Universitário de Lisboa, que vai abordar o estudo do racismo na Psicologia Social; Jaan Valsiner, da Clark University, EUA, que analisará as conexões nas diversas áreas de Psicologia a partir dos saberes e práticas e José María Peiró, da Universidad de Valencia-Espanha, que tratará da Psicologia do Trabalho e das Organizações. Ainda durante o evento, será lançado um livro contendo as apresentações dos doze conferencistas convidados.

AS INSCRIÇÕES PODEM SER FEITAS PELO SITE:

www.conpsi7.ufba.br





oficinas reforçam a defesa civil como um

direito

O Conselho Federal de Psicologia (CFP) coordenou a realização de uma série de oficinas sobre Psicologia em situações de emergências e desastres nos estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Santa Catarina e São Paulo. O objetivo foi fortalecer o processo de implantação de políticas públicas no campo da defesa civil que incorporem os aspectos de prevenção e de reconstrução da vida das pessoas atingidas, além de preparação para as intervenções nos momentos de calamidade.

O conjunto de oficinas foi a expansão de experiências como a realizada em 2010, quando as chuvas atingiram severamente Pernambuco e Alagoas. Na ocasião, o CFP, o CRP PE e o poder público local reuniram psicólogos em Pernambuco para uma articulação entre diversos setores envolvidos com o atendimento das pessoas atingidas. As situações de calamidade que se sucederam no país, desde então, levaram o CFP a ampliar a iniciativa realizada em Pernambuco. Paralelamente, o tema das emergências e desastres foi transformado em uma das ações unificadas para todo o Sistema Conselhos neste ano de 2011.

Em São Paulo, o CRP SP criou um Grupo de Trabalho sobre emergências e desastres (GTED) cuja primeira tarefa foi a organização dessas oficinas no estado. De acordo com o conselheiro e coordenador do GTED, Joari Aparecido Soares de Carvalho, foram realizadas cinco oficinas, entre os dias 18

e 22 de março, nas cidades de Campinas, Taubaté, Santos, Guarulhos e São Paulo, que reuniram mais de 200 psicólogos, além de outros profissionais.

“A proposta das oficinas foi reunir psicólogos e outros profissionais de instituições diversas – como defesa civil, saúde, assistência social, educação, habitação, segurança, meio ambiente e de organizações não governamentais –, para trocar experiências e aprimorar as propostas de trabalho, explica Joari. “A partir delas, queremos levantar demandas e construir coletivamente referências para orientar a atuação, considerando o sistema público de serviços.”

As cidades onde as oficinas ocorreram foram definidas porque estão nas regiões paulistas onde mais pessoas foram atingidas pelas consequências das recentes chuvas. Segundo Joari, a proteção da defesa civil no estado é ainda muito incipiente. “Temos 645 municípios, cada um com uma realidade diferente. Quem responde por uma situação de emergência se ela ocorrer? Em alguns municípios há uma defesa civil, em outros essa tarefa está atribuída a uma secretaria diferente ou ao gabinete do prefeito. Mas não há uma estrutura claramente delineada, articulada nem mesmo no governo estadual.”

Nesse sentido, a realização das oficinas teve o papel de estimular as instâncias governamentais, os profissionais e a comunidade em geral a atuar com mais ênfase nesses processos de proteção articulados pela

defesa civil. “Precisamos reunir aliados interessados na questão das emergências e desastres, para que ajudem a instaurar uma política nessa área”, diz Joari.

Para dar uma ideia da importância de uma rede articulada de proteção civil, Joari observa que na região serrana do Rio de Janeiro já havia um trabalho desse tipo, inclusive com a colaboração dos psicólogos e da Subseção do CRP RJ. “Ninguém contava com uma tragédia na proporção em que ela aconteceu, mas essa organização foi essencial para que se tivesse, por exemplo, abrigos tão grandes e complexos funcionando em um ou dois dias, um tempo de resposta muito curto”, diz.

Em um prazo mais amplo, o GTED pretende se consolidar como um aglutinador dos debates em torno do tema da Psicologia nas situações de emergências e desastres. Ao longo do ano, ele contribuirá para o CRP SP promover outros debates sobre o tema, como o debate “Saúde mental, política pública e situações de calamidade: estamos preparadas/os?”, na Semana da Luta Antimanicomial, em maio, e um seminário estadual intersectorial na Semana Nacional de Redução de Riscos, em outubro. Uma das preocupações é pensar, juntamente com especialistas acadêmicos e dos serviços de diversas áreas e com a comunidade em geral, as ações de prevenção que podem ser tomadas. “Essa não é uma agenda somente do Sistema Conselhos”, diz Joari. “É uma agenda urgente da sociedade na qual os conselhos estão se inserindo.” ●

planejamento estratégico transparência e com

e leita em agosto, a XIII plenária do CRP SP realizou em novembro o planejamento estratégico da entidade. Durante três dias, os 30 conselheiros e os membros gestores das nove subseções, num total de 80 participantes, definiram um conjunto de três principais desafios e de 70 resultados para o triênio e um total de 178 ações necessárias para o ano de 2011.

O planejamento estratégico levou em consideração o relatório da gestão passada, a plataforma política que elegeu a atual gestão e as propostas estabelecidas no VII Congresso Nacional da Psicologia: democratização da gestão; construção de referências de atuação para a categoria e diálogos com o Estado e a sociedade.

Os resultados também contemplaram as atividades regimentais (fiscalizações, julgamento de processos éticos, etc.); ações em áreas nas quais o CRP SP tem uma presença histórica (como a Luta Antimanicomial), áreas de atuação ainda pouco discutidas e, por último, as ações unificadas, de caráter nacional, cujos temas serão abordados por todos os regionais. Neste último tópico se incluem os debates sobre álcool e outras drogas; sistema prisional; emergências e desastres, além do Ano Temático da Avaliação Psicológica.

APRIMORANDO A GESTÃO – Para a presidenta do CRP SP, Biancha Angelucci, uma das preocupações em relação ao planejamento foi torná-lo mais processual, com indicadores que permitam uma avaliação contínua sobre o resultado das ações.

“Queremos saber se as ações foram bem planejadas; se tiveram os desdobramentos esperados; se resultaram em encaminhamentos para ações futuras. Ou seja: uma ação só será tida como satisfatória se os objetivos buscados forem alcançados de forma palpável”, diz.

Biancha observa que esse tipo de preocupação já existia anteriormente. “O que fizemos foi avançar nesse processo, sistematizando os fluxos e criando os indicadores”, diz. “Isso deve nos assegurar, ao fim da gestão, condições de prestar contas aos psicólogos daquilo que fizemos, sob a ótica dos resultados efetivamente alcançados e dos compromissos firmados ao longo do VII CNP.”

Outras inovações importantes marcaram o atual planejamento. Uma delas é a abordagem de realidades a partir de diferentes faces da Psicologia e não apenas a

partir daquela à qual o problema está mais diretamente ligado. Na II Mostra Estadual de Práticas Inovadoras em Psicologia que deverá acontecer este ano, por exemplo, a proposta será a de abordar ciclos da vida humana, como a infância e a velhice, destacando como cada política pública e como cada área de atuação contribui para a garantia da prestação de serviços. Dessa forma espera-se estabelecer canais de comunicação entre as diferentes áreas da Psicologia de forma a gerar melhores soluções e consolidar a perspectiva de atendimento integral e integrado à população.

A preocupação em descentralizar as atividades do CRP SP também esteve presente nesse planejamento. Nele adotou-se como diretriz a realização de eventos fora das se-

MELHORANDO O ATENDIMENTO

Além do planejamento estratégico, o CRP SP realizou também um planejamento administrativo, reunindo servidores da autarquia. A proposta foi repensar todos os processos de trabalho, tendo em vista a finalidade do Conselho. “Em instituições as mais diversas é comum apontar a máquina administrativa como um entrave para a execução desta ou daquela política”, diz a presidenta Biancha Angelucci. “Nosso objetivo, com o planejamento administrativo foi exatamente o de identificar de que maneiras poderíamos rever os nossos processos para que fossem traçadas estratégias de melhoria do atendimento ao psicólogo”.

tégico: promisso

des e subdes, aproximando-se dos locais onde os psicólogos se encontram. Ao mesmo tempo, ficou definido que sede e subdes deverão atuar de forma mais integrada. Temas que forem debatidos na sede, por exemplo, serão debatidos simultaneamente nas subdes, contando com o apoio da CRP WebTV para que haja uma participação conjunta e ampliada. “Unir ainda mais sede e subdes auxiliará na construção de propostas conjuntas que contemplarão a diversidade de regiões e farão com que nossas decisões tenham relação maior com a base”, afirma Biancha. ●

POTENCIALIZAR O COTIDIANO

A realização de encontros com trabalhadores que atuam em uma mesma área foi uma das ações pensadas durante o planejamento estratégico. Esse é o caso, por exemplo, do fórum de trabalhadores das instituições de acolhimento. Segundo Biancha Angelucci, o que se espera desse tipo de iniciativa não é a discussão de questões trabalhistas – as quais específico de discussão e proposição, os sindicatos – ou a mera exposição das dificuldades na realização do trabalho. “O que se quer é pensar aquele trabalho no contexto de políticas públicas de garantia de direitos. A ação terá alcançado seu objetivo à medida em que resultar em formas de atuação conjuntas que ajudem a direcionar a política naquele campo. Com os psicólogos que conhecem o cotidiano de trabalho debatendo conjuntamente, poderemos avançar na construção das referências para aquele campo de atuação; delimitar os principais desafios e construir estratégias conjuntas de enfrentamento. É dessa forma, indo ao encontro da realidade de trabalho do psicólogo, que acreditamos ser possível fazer mudanças de longo alcance para a sociedade”, afirma.

OS DESAFIOS

Veja a seguir os três desafios e os temas estabelecidos ao longo do planejamento estratégico.

1) APERFEIÇOAMENTO DEMOCRÁTICO DO SISTEMA CONSELHOS

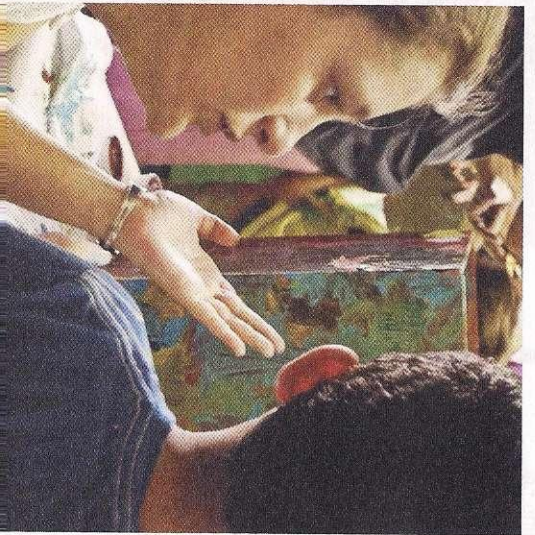
- Gestão política com a categoria
- Política financeira
- Regionalização e interiorização do Sistema Conselhos
- Gestão do Sistema – Comunicação
- Gestão do Sistema – Administração
- Gestão do Sistema – Acessibilidade
- Ética profissional – Orientação e fiscalização

2) CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIAS E ESTRATÉGIAS DE QUALIFICAÇÃO PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL

- Democratização e ética na comunicação
- Tecnologias da Informação – resolução CFP nº 12/2005
- Emergências e desastres
- Psicologia do Esporte
- Psicologia do Trânsito e mobilidade humana
- Diversidade
- Processo transexualizador
- Psicologia e Gênero
- Psicologia, políticas públicas e relações etnoraciais e quilombolas
- Psicologia e povos indígenas
- Direitos humanos
- Educação
- Criança e adolescente
- Psicologia e envelhecimento
- Sistema Único de Assistência Social (SUAS)
- Saúde
- Segurança Pública
- Sistema Prisional
- Psicologia Jurídica
- Relações e condições de trabalho
- Psicologia Organizacional e do Trabalho
- Avaliação psicológica
- Sistema de avaliação dos testes psicológicos (SATEPSI)
- Formação
- CREPOP
- Memória da Psicologia

3) DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E COM O ESTADO

- Áreas emergentes
- Religião – laicidade da psicologia; reconhecimento da liberdade religiosa
- Educação
- Psicologia do Esporte
- Trânsito e Mobilidade
- Violação de direitos
- Relações e condições de trabalho do psicólogo
- Saúde
- Assistência Social
- Políticas Públicas e atuação profissional
- Ampliação das parcerias com entidades da Psicologia
- Psicologia e Mídia
- Reconhecimento da Psicologia



FOTOS: LIGIA MINAMI

um dia de nascf

Como atua um psicólogo dentro de um Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF)? O Jornal PSI acompanhou um dia de trabalho da psicóloga Suellen Aversam Viabone, na Unidade Básica de Saúde Reunidas II, em Sapopemba.

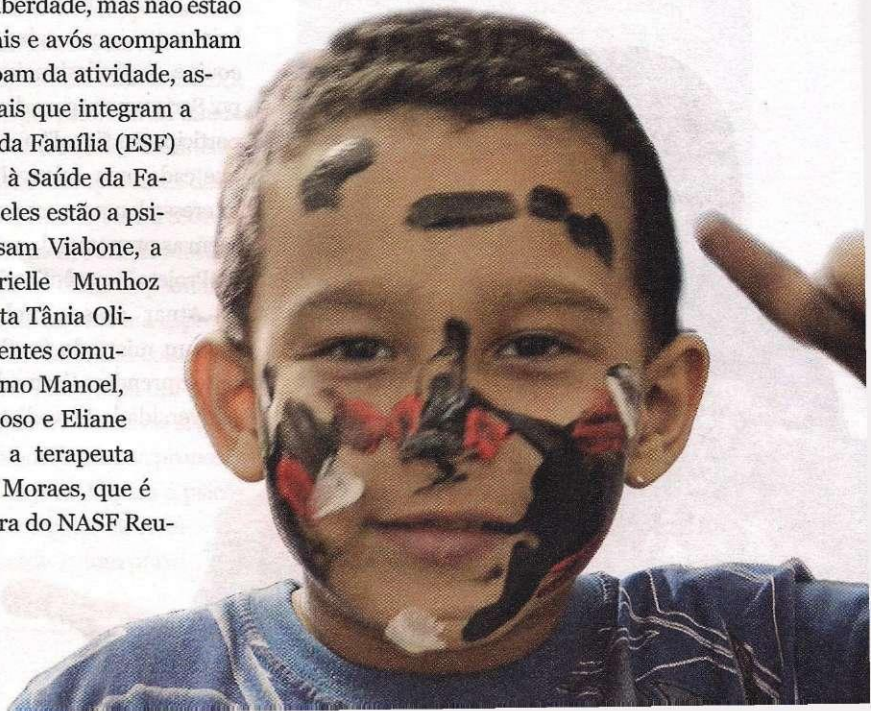
Vermelho, preto e branco. O queixo, as bochechas e até a testa de P., 4 anos, estão pintados de tinta nesta manhã de 18 de fevereiro de 2011. Ele não é o único. Numa ampla sala no segundo andar da Unidade Básica de Saúde Reunidas II, em Sapopemba, zona leste de São Paulo, um grupo de meninos e meninas de até 12 anos participam de uma atividade lúdica. A tarefa de hoje é decorar uma caixa de madeira. Pode tudo: usar pincéis, lambuzar as mãos de tinta e carimbar a caixa ou recortar tiras de papel crepom colorido e grudar com cola. Pode até mesmo pintar o próprio rosto, como fez P.

As crianças têm liberdade, mas não estão sozinhas. Na sala, pais e avós acompanham e até mesmo participam da atividade, assim como profissionais que integram a Estratégia da Saúde da Família (ESF) e o Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF). Entre eles estão a psicóloga Suellen Aversam Viabone, a fonoaudióloga Gabrielle Munhoz Garcia, a ginecologista Tânia Oliveira Palacios e as agentes comunitárias Zilda do Carmo Manoel, Simone da Cruz Raposo e Eliane Moretin Dionísio e a terapeuta ocupacional Simone Moraes, que é também coordenadora do NASF Reu-

nidas II. Ainda que o clima seja descontraído e festivo, elas estão atentas a cada detalhe do que se passa na sala.

De acordo com Suellen, um dos objetivos da atividade de hoje é propiciar uma aproximação entre os participantes e a estimulação do brincar: “Fazer com que os pais tomem consciência da ação dos filhos e consigam dar uma atenção melhor a eles”, diz. A atividade dura cerca de uma hora, mas não são necessários mais do que dez minutos para perceber que a farra das tintas e papéis recortados não esconde o trabalho que há por ser feito. →

À esquerda, atividade lúdica desenvolvida na Unidade Básica de Saúde Reunidas II, em Sapopemba, acompanhada por profissionais do Estratégia da Saúde da Família e do Núcleo de Apoio à Saúde da Família, que tem a psicóloga Suellen Viabone como uma das integrantes. À direita, um dos participantes da atividade, que envolveu familiares das crianças.





Entre as crianças, há aquela que fica retraída, evitando participar das brincadeiras e outra que prefere se “esconder” sob as cadeiras em torno da sala. Entre os adultos, há os que tentam interferir até mesmo na escolha da cor das tintas e os que simplesmente se sentam ao fundo, assistindo a atividade. Vários deles são avós. Na ausência dos pais – a atividade está acontecendo num dia útil, uma sexta-feira pela manhã – eles acabam encarregados de acompanhar as crianças. O cansaço da vida está mais do que expresso no rosto de alguns deles.

Enquanto a atividade se desenvolve, a equipe de profissionais conversa com as crianças ou com os responsáveis. De fato, são como continuação de conversas. As pessoas ali presentes já são acompanhadas há algum tempo: suas histórias pessoais são

conhecidas e seus casos debatidos em reuniões conjuntas envolvendo os profissionais daquele NASF. Há um projeto terapêutico em curso – o que a atividade de decorar uma caixa com tintas e papéis coloridos, vista isoladamente, não tem o poder de mostrar.

O grupo lúdico é, na verdade, a segunda atividade de Suellen no dia de hoje. Seu trabalho começou por volta das 8 horas, com uma reunião de discussão de casos com outros profissionais e prosseguirá com uma avaliação da atividade da manhã. São reuniões nas quais se procura seguir a proposta de matriciamento prevista pelo ESF/NASF, isto é, avaliações nas quais há um compartilhamento de saberes, buscando as melhores formas de atender e orientar as pessoas.

É exatamente isso o que acontece quando a atividade lúdica se encerra. Em torno da mesa, em que há poucos minutos as crianças brincavam com a caixa, está agora reunida a equipe de profissionais participantes do grupo. Seria um exagero dizer que todas têm uma participação “igual”, mas não há como negar que cada uma delas, ali presentes, contribui interessadamente com suas observações. Dali saem as propostas de ações para continuidade do Projeto Terapêutico Singular de cada caso.

Atuar nesses moldes exigiu de Suellen um misto de flexibilidade e disposição para aprender. Formada em Psicologia pela Universidade Metodista, ela trabalhou com

adolescentes e crianças em situação de rua, em Campinas, antes de se submeter a um processo seletivo para ingressar no NASF há cerca de dois anos. Ela não nega que o impacto inicial foi grande. “Me lembro de perguntar à minha primeira coordenadora o que era o trabalho do psicólogo na Atenção Básica, porque certamente eu não podia me propor a fazer clínica com 50 mil pessoas”. O fato, acredita ela, é que as instituições de ensino, no seu conjunto, não preparam ou preparam pouco os seus alunos para atuar na Atenção Básica. Mas ela acredita também que isso possa mudar daqui para a frente.

VISITAS – Como ninguém é de ferro, hora para o almoço. No caso de Suellen, pastel na feira livre que acontece há uma quadra da UBS. Uma hora depois, ela, mais a enfermeira Carina Pinto Braga e a fonoaudióloga Gabrielle estão prontas para uma visita domiciliar juntamente com a agente de saúde Lucinda Aparecida de Lima. O destino é a casa onde vivem R., o marido J. (que está fora, trabalhando), e os filhos de 6, 4 e 2 anos.

A conversa tem um tom informal e acontece entre a cozinha e o corredor da casa. Questões diversas vão sendo tratadas: a orientação para que o mais novo troque a mamadeira pelo copo; a necessidade de R. voltar a participar dos grupos na UBS e mais recomendações sobre saúde, escola e o relacionamento familiar e sua dinâmica de funcionamento. O que R. acha desse acompanhamento? Ela diz que tem sido importante e que tem ajudado muito.





Ao alto à esquerda, na página 18, os integrantes do NASF debatem a atividade lúdica realizada no Reunidas II e os encaminhamentos dos diversos casos.

Embaixo, à direita, a Assessora Técnica Vânia Cardoso dos Santos, que falou dos avanços do NASF na capital paulista. Na página 19, uma visita de campo realizada com a participação de Suellen.

Visitas como a feita à casa de R., que autorizou a presença dos repórteres, podem ser consideradas “leves”. Isto é, não envolvem uma situação mais delicada ou de conflito como a visita que se dará a seguir. Suellen e Carina ponderam que, dadas as circunstâncias, não é desejável a presença de acompanhantes. Vale acrescentar, ainda, que o acompanhamento das atividades foi feito com a autorização da Secretaria Municipal de Saúde. O dia, contudo, está longe de ter se encerrado após essas duas visitas. No retorno a UBS, Suellen ainda terá sessões de atendimento em conjunto com a fonoaudióloga Gabrielle, das 16 às 17 horas.

Um dia típico de uma psicóloga atuando no NASF? Em boa medida, sim. Um modelo seguido em outros territórios? Não, necessariamente. Com apenas dois anos de existência, os NASFs estão longe de ser uma experiência uniforme. “Temos um razoável grau de liberdade para encontrar as soluções e respostas que melhor se adequem às demandas de cada território”, diz Suellen, com a experiência de quem atua tanto na UBS Reunidas II, como na vizinha UBS Vila Prudente. Tal como no exercício da caixa lúdica, há uma proposta orientando a atividade dos NASFs. O resultado final, contudo, depende sensivelmente do conjunto de intervenções dos participantes. Para quem está disposto a fazer diferença, é uma oportunidade e tanto.

os desafios de uma proposta ambiciosa

O NASF do Reunidas II é um dos 86 existentes, hoje, na cidade de São Paulo. Ainda que a denominação seja mesma, a forma de atuação de cada um deles, seja em termos de organização ou da prestação de atendimento, é bastante diversa.

Para Vânia Cardoso Santos, Assessora Técnica da Coordenadoria de Saúde Sudeste da prefeitura de São Paulo, oficinas integrativas e encontros de coordenadores foram promovidos com o objetivo de avaliar a implantação e buscar metodologias comuns. “No primeiro encontro, as dificuldades iniciais ocuparam um largo espaço nas conversas”, diz. “Mas no segundo, que aconteceu em janeiro de 2010, a discussão de estratégias já foi bem maior”. O projeto, contudo, requer tempo. “Para evoluir, precisamos acumular e trocar experiências”, diz ela.

O fato é que a proposta de uma mudança de paradigmas na atenção primária da Saúde que acompanha a ESF e o NASF é altamente desafiadora. E é no cotidiano que esses desafios ganham uma cara concreta. Para a coordenadora do NASF Reunidas II, Simone Moraes, uma das dificuldades iniciais na implantação dos NASFs em São Paulo foi vencer a expectativa de resultados imediatos. “Se as coisas não aconteciam no primeiro mês, havia um sentimento de frustração”, diz. Aos poucos, segundo ela, os profissionais envolvidos na proposta foram buscando as soluções. Já para a psicóloga Suellen Viabone, o aspecto cultural de entendimento de saúde é, num prazo

UMA USUÁRIA

M., 56 anos, mora na comunidade de Vila Prudente desde os 10 anos, quando chegou em São Paulo, vinda de Porecatu, no Paraná. Começou a trabalhar aos 14. Foi copeira e faxineira em diversas indústrias. O último emprego foi há 11 anos, em uma fábrica de equipamentos individuais de proteção que foi à falência. De lá para cá, ela tem exercido a “profissão” de avó. E esse é um dos aspectos a respeito do qual a psicóloga Suellen procura orientar M. “Ela não sabe dizer não. Para cuidar dos netos, ela deixa até mesmo de almoçar. O que nós temos feito, nesse sentido, é fazer com que ela reconheça e respeite os seus próprios limites”, diz. É M. quem, desde o ano passado, traz K., de 10 anos, para participar de um grupo que acontece todas as quartas-feiras na UBS Vila Prudente. “Ele trocava as letras e ficava muito nervoso”, diz. “Com as atividades, ele melhorou bem”. No dia de hoje, 9 de fevereiro, K. está participando de uma atividade “diferente”: a montagem de um pufe feito com materiais recicláveis, iniciativa que associa o respeito ao meio ambiente com a saúde. K., não é, contudo, o único a ser cuidado. Nessas idas à UBS, M. tem sua pressão arterial aferida, assim como o diabetes. “Eu nem sabia que tinha essas coisas. Morria de dor de cabeça. Agora, com o controle, estou melhor”.



mais longo, a principal barreira a ser vencida. E isso vale tanto para os profissionais de saúde, como para a própria população.

Suellen relata um episódio curioso, ainda no início da implantação do NASF, no qual um médico sugeriu a um paciente, que reportou problemas de relacionamento, que procurasse o grupo tal, “porque lá tinha uma psicóloga”. “Da mesma forma é comum as pessoas perguntarem pelo especialista quando procuram o serviço”, relata. “Como a gente diz, brincando, elas querem o jaleco branco”.

Aos poucos, contudo, essas resistências vão diminuindo. “Aqui eu faço duplas de atendimento com profissionais de diversas formações, mas não estou em todas as equipes”, relata a psicóloga. “Isso não significa que uma enfermeira ou uma fonoaudióloga que faça parte da ESF/NASF não possa acolher uma pessoa com problemas de saúde mental, pois todos os profissionais de saúde devem ter escuta. Se, em um segundo momento, ficar claro que essa pessoa demanda um cuidado especializado, aí sim eu posso ser chamada para atuar diretamente naquele caso.

Afora isso, existem as questões que poderiam ser tratadas como miúdas, mas que no dia a dia têm a sua importância. Suellen dá como exemplo a atuação do agente comunitário de saúde. Como se sabe, são pessoas de uma determinada comunidade contratadas para fazer um trabalho de acompanhamento e promoção da saúde nessas mesmas comunidades. Entre as atribuições dos agentes comunitários está o de levar ao conhecimento das equipes do ESF/NASF os casos que demandam algum tipo de

atenção. Mas quando é que um caso demanda uma atenção maior?

Essa é uma situação que só a continuidade do trabalho e o acúmulo de experiências dos envolvidos pode resolver, avalia Suellen. Ela dá como exemplo a agente de saúde que reportou o caso de uma cadastrada que estava muito deprimida e que “não parava de chorar” porque tinha perdido a mãe. “Perguntei há quanto tempo ela havia perdido essa mãe e ela me respondeu: duas semanas. Procurei explicar para ela que isso não era, em princípio, um problema e que a pessoa estava elaborando o seu luto. Seria diferente, é claro, se um ano depois essa pessoa continuasse chorando”.

Por fim, Suellen se refere às incompreensões que ainda cercam o NASF. Uma delas é a de que os atendimentos dados nos moldes da Saúde da Família, nos quais é comum a formação de grupos de pessoas, é uma forma de atender mais gente em menos tempo. “Isso é um equívoco. “O grupo até pode dar conta de um grande número de pessoas, mas não é esse o seu objetivo. O foco é a qualidade do atendimento. Tem pessoas cuja vida é ir à UBS. Como elas procuram um médico, a queixa acaba sendo clínica. O fato é que, em muitos casos, essas pessoas acabam fazendo uma série de exames que não indicam nada de anormal. Não é de médico, portanto, que essas pessoas estão necessariamente precisando. Quando se faz uma abordagem mais ampla, entendendo o indivíduo no seu contexto familiar e comunitário, nós temos a possibilidade de dar a ela um atendimento e um acompanhamento melhor”. ●

SAÚDE DA FAMÍLIA

Em 1994 teve início o então chamado Programa de Saúde da Família (PSF), posteriormente renomeado para Estratégia de Saúde da Família (ESF), tendo como objetivo uma nova abordagem na atenção primária. Tratava-se de um novo modelo, que visava superar o atendimento tradicional, baseado em práticas de assistência curativa. O ESF opera a partir de equipes compostas por 1 médico, 1 enfermeiro, 2 auxiliares de enfermagem e de agentes comunitários de saúde, em unidades básicas de saúde. As equipes atuam nos territórios acompanhando um número definido de famílias. Desenvolvem ações de promoção e proteção da saúde; ações de prevenção, recuperação e reabilitação de doenças e ações de manutenção e de atenção integral às pessoas. Criado em janeiro de 2008, através da portaria 154 do Ministério da Saúde, o NASF surgiu com o objetivo de ampliar a abrangência e o escopo das ações da Atenção Básica, apoiando a inserção da estratégia de Saúde da Família na rede de serviços e o processo de territorialização e regionalização a partir da Atenção Básica. O NASF oferece, ainda, um atendimento compartilhado, interdisciplinar, marcado pela troca de saberes entre os profissionais envolvidos.

ulapsi reformula grupos de trabalho

a União Latino-Americana de Entidades da Psicologia (ULAPSI) está reformulando os seus Grupos de Trabalho (GTs). Ao lado da biblioteca virtual BVS-PSI, que permite o acesso à produção em Psicologia realizada no continente, e dos congressos e eventos realizados pela entidade, os GTs são considerados um recurso fundamental para a construção de um pensamento latino-americano no campo da Psicologia, comprometido com a melhoria das condições de vida da população.

Os GTs surgiram há cerca de quatro anos e se constituíram de maneira mais ou menos livre, agrupando interessados nesse ou naquele tema. Assim, acabaram sendo formados diversos grupos tratando de aspectos como migração, família, educação, envelhecimento, trabalho, direitos humanos e outros. Ainda que avanços tenham sido alcançados por esses grupos, o Conselho Executivo da ULAPSI entendeu que eram necessárias regras mais bem definidas para orientar a composição desses grupos, além de uma proposta de trabalho que contribuísse com o objetivo da entidade de maneira mais efetiva.

No primeiro caso, a entidade estabeleceu normas como a necessidade de haver psicólogos de ao menos quatro países em cada GT e que cada GT contasse, no máximo, com três membros de um mesmo país (veja *boxe*). No segundo caso, a ULAPSI solicitou aos GTs que definam, para trabalhar em 2011, uma temática que se refira a uma questão urgente para a América Latina e que esteja relacionada ao campo do grupo.

Para a secretária executiva da ULAPSI, Ana Bock, as regras para a constituição dos grupos visam garantir a pluralidade na sua

composição. “Para que um tema seja abordado de uma perspectiva latino-americana é preciso assegurar que representantes de diferentes países estejam ali presentes, contribuindo com as suas experiências”, diz. Quanto à definição de um tema a ser trabalhado, a decisão visa tornar mais consistente os esforços de construção de uma Psicologia voltada para as necessidades do continente. “A proposta é que, ao final, sejam produzidos relatórios ou publicações que se transformem em referência naquelas temas”, diz. Os grupos já constituídos devem se adaptar progressivamente às regras.

BRASIL – Na ULAPSI Brasil, essas propostas levaram a uma profunda reformulação dos integrantes dos GTs. “Convém lembrar que a ULAPSI é uma entidade composta por entidades, não por pessoas, e que o número de entidades que a ela se juntaram desde a sua criação aumentou de forma significativa, chegando, hoje, a um total de 22 entidades só no Brasil”, afirma Ana Bock. Segundo ela, o processo mais ou menos informal de criação dos GTs resultou no fato de que algumas das entidades afiliadas e que são referência dentro de determinados temas, não estavam representadas. “A opção foi por reconstituir todos esses grupos, levando em conta as indicações de representantes dessas entidades.” Nesse processo, alguns psicólogos que já estavam nos GTs foram reconduzidos às suas posições. Aqueles que não o foram poderão, contudo, continuar atuando. A orientação da ULAPSI brasileira é que as pessoas indicadas formem um GT local, de modo a juntar os esforços e garantir a participação de todos os interessados. Dois dos GTs da ULAPSI são coordenados por brasileiras: Christina Veras (Envelhecimento) e Cristina Joly (Educação). ●

AS NOVAS REGRAS

Veja a seguir as novas regras para a composição e a produção dos GTs da ULAPSI:

COMPOSIÇÃO

- Os grupos devem ter psicólogos de pelo menos quatro países;
- Deve ter no máximo três membros de um país;
- Cada pessoa só pode estar em um grupo;
- Conselheiros não podem coordenar grupos;
- Psicólogos que residem no exterior devem comprovar envolvimento profissional com as questões da América Latina;
- Os novos grupos deverão se formar a partir de temas urgentes da América Latina.

PRODUÇÃO DOS GTs

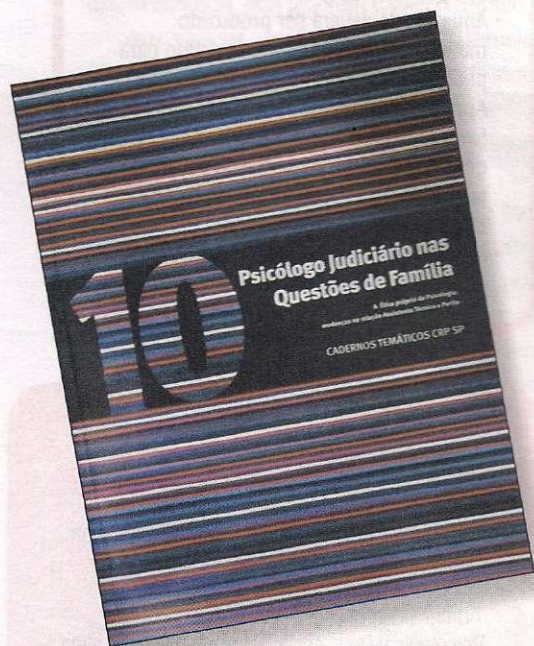
- Cada GT deve sempre organizar uma mesa para os congressos da ULAPSI;
- É desejável que organizem atividades em Congressos Regionais, mesmo que os componentes da atividade não sejam os componentes do grupo;
- Anualmente deverá ser produzido material sobre a temática do grupo para publicação no *site*;
- Apresentar anualmente para o Comitê Executivo uma programação de trabalho do grupo e esta deve ser proposta a partir de tarefas pontuais sobre questões da América Latina;
- Não supõe apoio financeiro da ULAPSI para nenhuma das tarefas.

OS GTs DA ULAPSI

- Psicologia e Migração na América Latina
- Psicologia Educacional na América Latina
- Psicologia e Envelhecimento na América Latina
- Psicologia Jurídica na América Latina
- Psicologia Organizacional e do Trabalho na América Latina
- Psicologia e Deficiência Física na América Latina
- Psicologia, Direitos Humanos e Justiça Social
- Psicologia Política na América Latina
- Psicologia e Suicídio na América Latina
- Aplicações com Tecnologias Emergentes na Psicologia Latino-americana
- Psicologia Comunitária e os Aportes à Sociedade Latino-americana
- Formação e Treinamento Profissional

diretrizes nas questões de fa

Resolução
008/2010
do CFP traz
diretrizes
para
psicólogos
que atuam
como peritos
ou como
assistentes
técnicos.



Caderno Temático sobre psicólogo judiciário nas questões de família traz a íntegra da resolução 008/2010.

A atuação do psicólogo como perito e assistente técnico no Poder Judiciário passou a dispor de diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 008, de junho de 2010, do Conselho Federal de Psicologia. O Psicólogo Perito é concursado pelo Poder Judiciário e nomeado pelo Juiz para assessorar questões de sua especialidade, devendo ter isenção com relação às partes envolvidas. O Psicólogo Assistente Técnico, por sua vez, atua como assessor das partes. A Resolução busca garantir o respeito aos princípios éticos que regem a atuação do Psicólogo, mesmo no contexto de disputas que caracteriza o Judiciário.

De acordo com a psicóloga Maria Cristina Pellini, psicóloga membro da Comissão de Ética do CRP/SP, o assunto já vinha sendo debatido desde 2005 em São Paulo, tendo em vista o número de representações levadas ao conhecimento do CRP SP.

Foram realizados encontros com a categoria e, em 2006, foi criado o Grupo de Trabalho (GT) com representantes do CRP SP, Psicólogos e entidades representativas na área. Dentre elas, a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do TJ/SP (AASPTJ), a Associação Brasileira de Psicologia Jurídica (ABPJ), o Núcleo de Apoio ao Serviço Social e Psicologia do TJ/SP, o Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM) e o Setor de Psicologia da Vara de Família e Sucessões do TJ/SP.

Patricia Garcia, psicóloga membro da Comissão de Ética do CRP/SP que participou das atividades do Grupo de Trabalho (GT) criado em 2006 ressalta que o objetivo das discussões sempre foi o “bem comum de um sistema familiar e essa percepção, mais ampla, não deve ser perdida de vista”. Segundo ela, isso equivale a dizer que, se o assistente técnico é de confiança da parte, ele tem, ao mesmo tempo, compromissos com a Psicologia, com uma atuação profissional responsável. “A Resolução, portanto, funciona como um segundo filtro (além do filtro legal) para orientar a atuação do profissional.” Além dis-

so, esclarece que a resolução buscou retomar as diretrizes éticas da profissão no que diz respeito à relação estabelecida entre os psicólogos que atuam neste contexto de trabalho.

Dos primeiros trabalhos resultou um conjunto de diretrizes que foram sugeridas e por fim endossadas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo em 2008. Desde então, o debate se ampliou para outros Conselhos Regionais até se chegar à Resolução nº 008/2010.

O documento aborda a realização da perícia, a produção e análise de documentos, o termo de compromisso do assistente técnico e o papel do psicólogo que atua como psicoterapeuta das partes. No primeiro Capítulo, por exemplo, a Resolução nº 008 enfatiza o trabalho cooperativo entre o Psicólogo Perito e Psicólogo Assistente Técnico e menciona que se deve evitar qualquer tipo de interferência durante a avaliação que possa prejudicar o princípio da autonomia teórico-técnica e ético profissional ou ainda que possa constranger o periciado durante o atendimento. Já no Capítulo II, há referências para a produção e análise de documentos pelo Psicólogo Perito e Assistente Técnico.

Na sequência, há no Capítulo III a recomendação da formalização de um Termo de Compromisso em cartório entre o Psicólogo Assistente Técnico e a parte contratante antes do início dos trabalhos, e no Capítulo IV expressa o impedimento do Psicólogo que atue como psicoterapeuta das partes envolvidas em um litígio, atuar também como Perito ou Assistente Técnico de uma pessoa por ele atendida ou de terceiros envolvidos.

A íntegra da resolução e os debates preparatórios ocorridos no Estado de São Paulo foram consolidados no Caderno Temático nº 10 – Psicólogo Judiciário nas Questões de Família.

A normatização e Caderno Temático citados podem ser consultados no *site* www.crp.org.br - itens “legislação” e “Cadernos Temáticos”.

mília

TRABALHO INTERDISCIPLINAR E DOCUMENTOS ESCRITOS

Dada a complexidade do trabalho nessa área, seria importante alertar aos Psicólogos Assistentes Técnicos e Peritos que busquem formação complementar e não hesitem em buscar orientação no Conselho sempre que tenham dúvidas sobre sua atuação.

Destacáramos dois aspectos dessa complexidade: o trabalho interdisciplinar e o trabalho de elaboração de documentos escritos resultantes de processos de avaliação psicológica.

Sobre o primeiro aspecto, o Código de Ética dos Psicólogos diz:

Art. 6º – O psicólogo, no relacionamento com profissionais não psicólogos: (...)

Compartilhará somente informações relevantes para qualificar o serviço prestado, resguardando o caráter confidencial das comunicações, assinalando a responsabilidade, de quem as receber, de preservar o sigilo.

É importante o cultivo do relacionamento respeitoso sem invadir a área de atuação de outros e sem abrir mão de cumprir o papel profissional que cabe ao Psicólogo.

Com relação à produção de documentos, deve-se lembrar que há uma Resolução que instrui a elaboração de documentos escritos pelo Psicólogo (Resolução CFP nº 007/2003). Muitas das contestações que geram representação contra Psicólogos que atuam em questões de família se dão em função de documentos elaborados sem o devido rigor.

O PSICÓLOGO E A INDUÇÃO A CONVICÇÕES RELIGIOSAS, SIGILO E MAPA ASTRAL

Uma adolescente, atendida em orientação vocacional, queixou-se de que o psicólogo influenciava pacientes a participar de cultos, relacionando acontecimentos à vontade de Deus, utilizava-se de mapa astral em suas orientações e trocava informações de diferentes pessoas de uma mesma família, entre elas. Em sua defesa, o Psicólogo negou ter abordado a questão religiosa e devassado o sigilo, destacando ser a inviolabilidade relativa por ser a atendida menor de idade. Afirmou utilizar-se somente de instrumentos científicos e eventualmente da técnica de mapa astral para melhor compreender os pacientes e abreviar os processos psicoterápicos.

Foi constatado o uso de mapas astrológicos em sessões de orientação vocacional, como ferramenta complementar de análise. Verificou-se ainda a indução a convicções morais e religiosas e ter se sustentado na religiosidade no decorrer do atendimento psicológico.

A Astrologia não pode ser considerada prática complementar da Psicologia e nem um método científico compatível com a mesma. Deste modo, não pode ser utilizada direta ou indiretamente no decorrer de um processo ou tratamento psicológico. Houve transversalidade no atendimento a diversos membros da família, sem ser definida uma terapia familiar, mas sim atendimentos individuais, surgindo uma “brecha” para que informações de sessões privadas pudessem ser repassadas para fora do “settling” terapêutico, caracterizando quebra de sigilo profissional. O fato da pessoa atendida ser menor de idade não justifica repasse de informações sem a presença do interessado.

Entendeu-se que o profissional infringiu o Código de Ética dos Psicólogos (*) nos seguintes artigos :

Das responsabilidades gerais do Psicólogo

Art. 1º São deveres fundamentais do Psicólogo:

c) prestar serviços psicológicos em condições de trabalho eficiente, de acordo com os princípios e técnicas reconhecidas pela ciência, pela prática e pela ética profissional.

Art. 2º Ao Psicólogo é vedado:

e) induzir a convicções políticas, filosóficas, morais ou religiosas, quando do exercício de suas funções profissionais.

Do sigilo profissional

Art. 21º O sigilo protegerá o atendimento em tudo aquilo que o Psicólogo ouve, vê ou de que tem conhecimento como decorrência do exercício da atividade profissional.

Art. 26º O sigilo profissional protegerá o menor impúbere ou interdito, devendo ser comunicado aos responsáveis o estritamente necessário para promover medidas em seu benefício.

* Resolução CFP 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/05.

(Artigos da Resolução CFP 010/05 - Código de Ética vigente a partir de 27/08/05 relacionados ao tema exposto: Art. 1º “c”, Art. 1º “g”, Art. 2º “b” e Art. 9º).

Todo Processo Ético é julgado a partir do Código de Processamento Disciplinar - Resolução CFP 006/07, disponível no site: www.crpsp.org.br – item “legislação”.

alienação pa

as dificuldades em

em agosto de 2010 foi aprovada a Lei 12.318 sobre a Alienação Parental, tema que envolve os psicólogos, em particular aqueles que atuam no judiciário, na área da Família. Trata-se, como a própria lei define, da interferência na formação psicológica da criança, “promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou por quem tenha a criança sob sua guarda, para que repudie o outro genitor ou cause prejuízo ao estabelecimento e manutenção de vínculos com este”. O texto legal também traz exemplos de alienação parental tais como desqualificar a conduta do genitor no exercício da paternidade ou da maternidade; dificultar o contato com o genitor ou dificultar o exercício regulamentado de convivência familiar.

“Embora essas questões possam ser estabelecidas sem que o juiz recorra aos psicólogos, o artigo 50 da Lei diz que ele poderá fazê-lo, determinando a realização de perícia psicológica ou biopsicosocial”, diz a psicóloga Maria Cristina Pellini. De acordo com o parágrafo 10 daquele artigo, “o laudo pericial terá base em ampla avaliação psicológica ou biopsicosocial, conforme o caso, compreendendo, inclusive, entrevista pessoal com as partes, exame de documentos dos autos, histórico do relacionamento do casal e da separação, cronologia de incidentes, avaliação da personalidade dos envolvidos e exame da forma como a criança ou adolescente se manifesta acerca da eventual acusação contra o genitor.”

Para Cristina Pellini, que teve participação ativa na Resolução do Conselho Federal de Psicologia sobre a atuação dos psicólogos judiciais na área de Família (veja na página 22), a questão da alienação parental ainda demanda uma avaliação cuidadosa por parte do Sistema Conselhos. “A Lei 12.318 é

muito recente e foi aprovada depois de apenas dois anos e meio de tramitação, um prazo bastante reduzido comparado ao tempo de tramitação de outros projetos”, avalia.

A criação de leis como a da Alienação Parental sem que se atente para a estrutura de serviços necessária para que a mesma possa ser cumprida é um dos problemas apontados por Cristina Pellini. “Os concursos públicos nesse segmento têm sido poucos e menos ainda as nomeações. Não há psicólogos e outros profissionais contratados em quantidade suficiente para atender a demanda”, avalia. Ela observa também que alguns prazos estabelecidos pela lei – 90 dias para a apresentação de laudo – são muito apertados, dado o conjunto das demandas e a complexidade da tarefa.

Outro problema importante diz respeito à chamada Síndrome de Alienação Parental. Trata-se, segundo a psicóloga, não do ato da alienação, mas dos distúrbios que a criança ou o adolescente estariam sujeitos em consequência desse ato. “Ocorre que essa suposta síndrome não consta do DSM IV”. Ou seja, independentemente de qualquer avaliação sobre a síndrome – motivo, por si só, de controvérsias –, os psicólogos do Judiciário podem ser solicitados a atestar ou não uma doença que não está classificada até o momento.

OLHAR AMPLO – Para a psicóloga Tânia Aldrighi, supervisora de Psicologia Jurídica da Universidade Mackenzie e especialista na área da Família, a lei da Alienação Parental, por si só, não dá conta da questão sobre a qual se debruça. “Estamos falando de situações complexas, que envolvem todo um problema familiar e que não podem ser resolvidas de forma simplista.

Tânia Aldrighi entende que a lei teve um aspecto positivo: o de retirar da família um caráter de santuário. “Há o reconhecimento de que nela existem conflitos que não se resolvem simplesmente por um acordo entre as partes ou quando um juiz determina como será a guarda de uma criança; há um reconhecimento, portanto, de que mais coisas acontecem além desse ponto e que precisam ser abordadas de alguma forma”, diz.

O lado negativo, segundo ela, está exatamente no fato de que a lei não consegue escapar à sua natureza judicializante, perdendo a visão mais ampla do quadro. “Que motivos levam uma mãe que tem a guarda de um filho a impedi-lo de conviver com o pai ou a fazer contra ele acusações que o afastem do pai? O que acontece dentro dessa família que leva as coisas a esse ponto? Uma lei não tem como dar conta desse tipo de situação”, diz. Outro aspecto é que mesmo que a lei cumpra os seus objetivos de cessar as ações de alienação e punir o cônjuge que as pratica, o processo como um todo pode resultar em prejuízos ainda maiores para os filhos envolvidos.

O que fazer é ainda uma questão em aberto. Tânia Aldrighi levanta a questão sobre a criação de um Estatuto da Família. “Hoje nós temos estatutos como o ECA ou o Estatuto do Idoso, que são de uma importância inegável. Mas, ao invés de pensar isoladamente na criança ou no idoso, não seria o caso de pensar no conjunto, isto é, na família?”

Tânia Aldrighi acredita que há outras possibilidades de atuação para o psicólogo no judiciário, além daquelas tradicionalmente exercidas por assistentes técnicos e peritos. “Ainda que de forma muito inicial

rental

torno da lei

e com base em trabalho voluntário, alguns Fóruns começam a ter a chamada mediação familiar, que pode envolver psicólogos, assistentes sociais e profissionais de outras formações. É um exemplo de iniciativa que se propõe a olhar para o conjunto e buscar uma solução apoiando a família”, diz.

Quanto à caracterização da síndrome de alienação parental como doença, ela também revela restrições. “Penso que isso leva a uma situação parecida com a das chamadas ‘crian-

ças hiperativas’ e que termina em um processo de medicalização. O sofrimento pelo qual uma criança passa num processo de violência psicológica na família não se resolve a base de remédios. Não é encaixando a pessoa numa categoria que você vai resolver os problemas. Olhar por esse lado conduz a uma visão estanque da família e resulta em propostas que não melhoram a vida de ninguém”. ●

→ penalidade ética

O Conselho Regional de Psicologia – 6ª Região, em cumprimento à decisão prolatada no Processo Ético CRP SP n.º 26/07, faz divulgar a penalidade de CENSURA PÚBLICA, à psicóloga por:

- ter prestado atendimento psicoterápico remunerado a usuário adolescente em situação de internamento em instituição correicional.
- ter exercido o voluntariado na instituição que, supostamente, desrespeitava o direito dos jovens usuários.
- ser conivente com situação de desrespeito ao direito do usuário em situação de privação de liberdade.
- ter descumprido determinações judiciais para o procedimento psicoterapêutico com os usuários.
- reconhecer a existência de atendimento diferenciado para famílias que podiam custear um cuidado privado.

Pelo exposto, caracteriza-se infração aos seguintes artigos do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP 010/2005): Princípio Fundamental III, Artigo 1º, alínea “e” e Artigo 2º, alínea “e”.

*Resolução CFP N.º 002/1987 - Código de Ética vigente até 26/08/2005



as questões que afetam os estágios de psic

Independentemente de seus aspectos positivos, a Lei do Estágio utilizou designações que conflitam com os usos consagrados na Psicologia, gerando dúvidas diversas. Outros aspectos específicos da Psicologia também resultam em situações que afetam a realização dos estágios. A ABEP e o CRP SP estão empenhados em debater essas questões e encontrar soluções.

em junho de 2010, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo apresentou as Recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia do

Estado de São Paulo, visando orientar profissionais e instituições envolvidos nessa atividade. As Recomendações resultaram de uma série de estudos realizados por um grupo de trabalho formado por representantes do próprio CRP SP, da Associação Brasileira de Ensino da Psicologia (ABEP) e de coordenadores de cursos de Psicologia e de serviços-escola, entre outros. Nelas foram consideradas mudanças legislativas importantes como as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Psicologia (2004), o novo Código de Ética dos Psicólogos (2005) e a Lei do Estágio (2008).

Ainda que essa consolidação tenha um papel fundamental, a prática tem deixado claro que ainda é necessário encontrar respostas para uma série de situações problemáticas. “A Psicologia tem especificidades que muitas vezes não são contempladas por legislações mais amplas”, avalia Iraní Tomiatto de Oliveira, coordenadora do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie e integrante do GT que formulou as Recomendações. Segundo ela, isso resulta, muitas vezes, em situações que colocam em confronto a realidade e o que a lei propõe.

NOMES E FUNÇÕES – Uma questão aparentemente simples, mas que tem gerado muitos mal-entendidos, é a denominação utilizada na Lei do Estágio para designar o profissional da instituição de ensino responsável pelos estágios e o profissional da empresa ou instituição que recebe o estagiário. Na lei, o primeiro é designado como “Orientador” e o segundo como “Supervisor de Estágio”. Ocorre que existe uma forte tradição na Psicologia em chamar de “Supervisor”, o profissional da instituição de ensino. Desse fato decorrem equívocos quando se trata de entender as exigências com relação a cada um desses profissionais.

A ABEP e o CRP recomendam fortemente que o “Orientador”, isto é, o profissional da instituição de ensino, como define a Lei do Estágio, seja um psicólogo, com inscrição ativa no seu Conselho. Quanto ao “Supervisor de Estágio”, também usando a terminologia da Lei do Estágio, ele pode ter outra formação, desde que pertença à mesma área de conhecimento. “Em um equipamento de Saúde, por exemplo, isso significa que o supervisor de estágio pode ser um médico, um fisioterapeuta ou um assistente social, no caso de haver uma equipe multidisciplinar”, explica a psicóloga.

Mesmo contemplada nas Recomendações, essa definição de nomes e requisitos não tem impedido interpretações equivocadas, diz a coordenadora da ABEP SP, Angela Biazi Freire. “Muitas instituições de ensino tiveram

o entendimento de que o “Supervisor de Estágio”, como a Lei define, precisaria ser um psicólogo. Quando a instituição de ensino nega sua anuência nesses casos, acaba por estreitar as possibilidades de acordos com instituições parceiras, prejudicando os alunos”, diz.

ESPECIFICIDADES – A Lei do Estágio não estabelece distinção, mas na Psicologia, assim com em alguns outros cursos, existem os estágios obrigatórios e os não-obrigatórios. Segundo Angela Biazi Freire, os estágios obrigatórios fazem parte da matriz curricular das universidades e são acompanhados pelo profissional da instituição de ensino. “Isso permite, em princípio, o cumprimento de exigências previstas na lei, tais como a elaboração de relatórios, e também assegura que o estagiário esteja atuando dentro do seu campo de formação”. Nos estágios não-obrigatórios, contudo, esse acompanhamento não se dá de forma tão próxima. Ou seja, mesmo que a empresa ou instituição onde o aluno realiza o estágio não-obrigatório tenha obrigações no que se refere ao envio de relatórios de acompanhamento, essa supervisão é mais distante.

Ainda com relação a estágios obrigatórios e não-obrigatórios, há duas outras dificuldades importantes. Uma diz respeito à carga horária. Segundo a lei, ela não pode ser superior a 30 horas semanais. Ocorre que as empresas e instituições que admitem estagiários demandam, geralmente, 30 horas. Disso decorre que conciliar a realização dos estágios obrigatórios e os não-obrigatórios nem sempre é possível. Trata-se de situação difícil de avaliar. A limitação da carga horária a 30 horas é considerada um dos pontos positivos da Lei do Estágio. Ao mesmo tempo, o entrave para a realização de estágios não-obrigatórios precisa ser reconhecido, uma vez que prejudica a inserção do aluno no mercado de trabalho.

A segunda questão é a do Supervisor do Estágio, isto é, o profissional da empresa ou instituição incumbido de acompanhar o estagiário. “Um supervisor pode encarar essa tarefa a partir de uma perspectiva mais ampla, ou

ologia

seja, a de contribuir para a formação de futuros profissionais”, diz Iraní Tomiatto de Oliveira. Não é sempre, contudo, que essa disponibilidade irá existir. “O profissional, mesmo aquele disposto a dar essa contribuição, tem muitas vezes uma carga de trabalho que toma a maior parte do seu tempo”, avalia.

PORTARIA MUNICIPAL – Como se tudo isso já não fosse complicado o bastante, na cidade de São Paulo uma portaria referente a estágios tem gerado controvérsias. A portaria diz que o estagiário deve sempre estar acompanhado por um profissional da instituição de ensino. Essa exigência gera problemas uma vez que as instituições de ensino, em muitos casos, não dispõem de condições para alocar um orientador diurnamente em cada local de estágio.

Para Iraní, trata-se, mais uma vez, de uma lei geral que deixa de considerar uma especificidade da Psicologia e que, ao final, compromete seriamente o esforço por parte das instituições formadoras em preparar os estudantes para atuar em equipamentos públicos da Saúde. Segundo ela, esse aspecto foi realçado na Nota Técnica emitida pelo CRP SP e pela ABEP (veja a íntegra no box), ao afirmar que, “embora seja reconhecida como área da saúde, a prática de treinamento de estagiários da Psicologia se dá de forma diferente da medicina, enfermagem e fisioterapia, por exemplo”.

Ainda de acordo com a nota, os estágios ocorrem tradicionalmente sem a presença do professor-orientador da instituição de ensino, mas com acompanhamento de profissional da área da instituição concedente. “Quanto a isso”, diz o documento, “corroboramos e acrescentamos que a prática da Psicologia, construída no campo do estágio, tem ampla e total atenção do professor orientador, mas primando-se por uma prática não tutelada, fundamentada em princípios e compromissos com o desenvolvimento da autonomia do psicólogo em formação, reflexão crítica do exercício da Psicologia, a partir do contexto social em que se insere”. ●

PARECER SOBRE ESTÁGIO SUPERVISIONADO IN LOCO

O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo recebeu solicitação de parecer técnico acerca da obrigatoriedade da presença de supervisor no campo de estágio, mediante a exigência da Secretaria Municipal de Saúde (portaria 504/2010-SMS.G, artigos 7º e 11º), o que motivou a elaboração deste documento.

Primeiramente cabe esclarecer as atribuições do Responsável Técnico (RT), Professor Orientador e Supervisor de Campo, figuras presentes no processo de estágio.

Responsável técnico: apontamos a resolução CFP 003/2007 para definir as atribuições do RT.

Art. 36 - As pessoas jurídicas registradas ou cadastradas deverão ter pelo menos um responsável técnico por agência, filial ou sucursal.

§ 1º - Entende-se como responsável técnico aquele psicólogo que se responsabiliza perante o Conselho Regional de Psicologia para atuar como tal, obrigando-se a:

- I - acompanhar os serviços prestados;
- II - zelar pelo cumprimento das disposições legais e éticas, pela qualidade dos serviços e pela guarda do material utilizado, adequação física e qualidade do ambiente de trabalho utilizado;
- III - comunicar ao Conselho Regional o seu desligamento da função ou o seu afastamento da pessoa jurídica.

Sob essa ótica e considerando o documento “Recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo” produzido pelo CRP/SP, recomendamos a permanência do RT na instituição de ensino, durante o período de prestação dos serviços psicológicos, mantendo-se em atenção às situações emergenciais que possam ocorrer no campo de estágio.

Professor orientador: o professor orientador (comumente chamado, no âmbito acadêmico, de supervisor) deverá se manter a disposição do estagiário e é responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades, garantindo a integração do eixo teórico-prático e o desenvolvimento de competências. Recomendamos que este seja um profissional de psicologia com inscrição ativa, posto que é característica desta função a experiência profissional, articulada com conhecimentos acadêmicos.

Supervisor de campo: o CRP/SP entende e recomenda, como preconiza a Lei do estágio nº 11.788, que a instituição concedente indique algum profissional de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para orientar e supervisionar até 10 (dez) estagiários simultaneamente no campo de estágio (inciso III do artigo 7º da lei).

Reforçamos nosso entendimento de que o supervisor de campo (indicado pela instituição concedente) acompanhe as atividades do estagiário, inclusive responsabilizando-se pelo envio de relatórios a serem apresentados ao professor orientador pelo estagiário.

Deste modo, citamos o parágrafo primeiro, do art. 3º da Lei:

§ 1º O estágio, como ato educativo escolar supervisionado, deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios referidos no inciso IV do caput do art. 7º desta Lei e por menção de aprovação final.

Quanto ao objeto deste parecer, a obrigatoriedade da presença do professor orientador no campo de estágio referendada pela portaria 504/2010-SMS.G, artigos 7º e 11º, apresentamos o nosso posicionamento.

Inicialmente, ressaltamos que não há legislação específica que obrigue o supervisor (denominado professor orientador pela lei nº 11.788 e indicado pela instituição de ensino) a permanecer em campo juntamente com o estagiário durante a execução das atividades.

Apontamos o artigo 52, § 3º da Resolução do CFP nº 003/2007 que, em nosso entendimento, não obriga a supervisão in loco, mas a responsabilidade do supervisor (professor-orientador da instituição de ensino) pela formação técnica do estagiário presencialmente, podendo ocorrer

esta verificação em local e horário distintos do estágio, mantendo-se em atenção integral ao estagiário no que diz respeito à aprendizagem ética, técnica e científica, respeitados o princípio de autonomia e o desenvolvimento de profissional crítico.

Embora a psicologia seja reconhecida como área da saúde, sua prática de treinamento de estagiários se dá de forma diferente da medicina, enfermagem e fisioterapia, por exemplo. Os estágios ocorrem tradicionalmente sem a presença do professor-orientador da instituição de ensino, mas com acompanhamento de profissional da área da instituição concedente.

Quanto a isso, corroboramos e acrescentamos que a prática da psicologia, construída no campo do estágio, tem ampla e total atenção do professor orientador, mas primando-se por uma prática não tutelada, fundamentada em princípios e compromissos com o desenvolvimento da autonomia do psicólogo em formação, reflexão crítica do exercício da psicologia, a partir do contexto social em que se insere.

Nessa perspectiva, tanto o professor orientador como o supervisor em campo, deverão incentivar a formação autônoma, crítica e relacionada a cada realidade local, bem como favorecer o exercício de competências e habilidades com maior complexidade.

Reafirmamos as recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia no documento elaborado pelo CRP/SP e o que versa a Lei 11.788, e entendemos que a questão trazida à discussão deve ser tratada entre as partes envolvidas, a partir deste parecer e da legislação pertinente. Os capítulos II e III da Lei de Estágio orientam essa discussão.

Embora alguns ajustes possam ser necessários, estes devem ser observados com vistas ao cumprimento da Lei, principalmente no que diz respeito à relação entre orientadores e supervisores da instituição de ensino e da parte concedente, garantindo que os mesmos sejam da área de conhecimento do estágio, a fim de garantir o processo educativo do estagiário.

Confiamos que as instituições de ensino e as partes concedentes construam acordos no sentido de viabilizar o campo de estágio como lugar de efetivo aprendizado e reflexão, mediante princípios éticos, teóricos e técnicos lembrando que:

I. O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

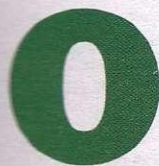
II. O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (...)

VI. O psicólogo zelará para que o exercício profissional seja efetuado com dignidade, rejeitando situações em que a Psicologia esteja sendo aviltada.

REFERÊNCIAS

- Código de Ética Profissional do Psicólogo.
- Lei nº 11.788, de setembro de 2008 (dispõe sobre o estágio de estudantes).
- Recomendações aos Serviços-Escola de Psicologia do Estado de São Paulo.
- Resolução CNE/CES nº 8/2004 (institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de graduação em Psicologia).
- Resolução CFP nº 003/2007 (institui a consolidação das resoluções do Conselho Federal de Psicologia).
- Resolução CFP nº 002/2003 (define e regulamenta o uso, a elaboração e a comercialização de testes psicológicos).
- Site: <http://www.abepsi.org.br/web/boletim-especial2.aspx#3> (comentários sobre a Lei 11.788/2008).
- S:\WinWord\Oficio11\OF055AnexoParecer_estágio supervisionado in loco.doc

crp sp apresenta **contas de**



O Conselho Regional de Psicologia de São Paulo realizou no dia 29 de março Assembleia Orçamentária destinada a apresentar as contas do Conselho referentes a 2010 e esclarecer eventuais dúvidas. Realizado na sede da entidade, o evento foi aberto a todos os psicólogos com inscrição ativa.

Nas subseções, foi disponibilizado um sistema de videoconferência, que assegurou participação dos psicólogos em todo o estado. A assembleia também pode ser acompanhada via Internet. Ao final do evento, os participantes se declararam esclarecidos.

Os recursos de comunicação utilizados tiveram o objetivo de ampliar ainda mais a transparência na apresentação das contas, um compromisso que está cada vez mais presente em todo o Sistema Conselhos. Além disso, houve a preocupação em apresentar de forma didática os diversos itens do balanço, de forma a deixar claro a que cada um deles se referia. A principal novidade, contudo, consistiu na realização da própria assembleia.

"Anteriormente, a apresentação e a aprovação das contas era feita em assembleia na qual era avaliados diversos assuntos", explica a presidente do CRP SP Carla Biancha Angelucci. "Em 2010, contudo, os psicólogos entenderam que era importante fazer um evento específico para tratar desse assunto", diz. Assim, a partir de 2011, passam a ocorrer duas Assembleias Orçamentárias: uma no início do ano, que apresenta e discute as contas do ano anterior (como a que acaba de ser realizada) e outra, no segundo semestre, na qual será feita uma avaliação parcial tanto sobre as contas, como sobre outros assuntos, entre eles o valor da anuidade.

DESTAQUES – Durante a apresentação, alguns tópicos mereceram destaque, quer por sua importância dentro das propostas de atuação do Sistema Conselhos, quer pelo volume de investimentos neles envolvidos. Um deles foi a realização dos pré-Congressos e do Congresso Regional, que resultaram na formulação de subsídios para o VII Congresso Nacional de Psicologia. Considerada como a principal ação do CRP SP em 2010, esse conjunto de eventos garantiu à base uma representatividade real e um efetivo poder na definição dos rumos a serem seguidos pelo Sistema Conselhos. Outro ponto de destaque foram os investimentos em infraestrutura, destinados a garantir a qualidade de serviços prestados pelo CRP SP. A implantação de um novo sistema de telefonia, para agilizar e dar conta do número crescente de atendimentos aos psicólogos, foi um dos aspectos destacados nesse sentido. Também foram apontadas outras novidades destinadas a melhorar a comunicação com os Psicólogos, como a reformulação do site do CRP SP, mais interativo e com novas funcionalidades, e a criação do CRP WebTV, que exigiu investimento em equipamentos e mudanças no auditório.

Ainda no aspecto de infraestrutura, foram detalhados os investimentos e as obras aprovadas em 2010 e que prosseguem em 2011 visando a readequação das instalações. Nesse tópico constaram as obras nas sedes do Conselho, em subseções como Bauru, Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, além da instalação da nova subseção em Sorocaba. Segundo Bianca Angelucci, trata-se de um esforço essencial para garantir um aprofundamento da regionalização dentro do CRP SP. "À medida que a regionalização avança, os processos podem ser disparados a partir das próprias localidades, ou seja, conseguimos ter uma atuação mais ágil, efetiva e que valoriza, em última análise, a profissão do psicólogo nas diferentes regiões do estado", diz.

Outro ponto importante foi o montante do caixa. A conselheira tesoureira Fernanda Bastos Lavarello relatou que o valor se explica pela formação de uma reserva para a compra de uma nova sede em São Paulo (além de uma nova, em Campinas e da reforma de outras quatro subseções), capaz de atender adequadamente os mais de 70 mil psicólogos existentes hoje no estado e que deverão aumentar ainda mais nos próximos anos. Na assembleia, a presidente do CRP SP renovou o compromisso da atual gestão no sentido de que a nova sede seja adquirida e entre em funcionamento até o final da gestão atual.

Vale lembrar, por fim, que as contas do CRP SP são objeto de avaliação por auditoria independente contratada pelo Sistema Conselhos (a mesma que audita todos os CRPs) e passa, ainda, por outra auditoria interna, feita por conselheiros que não fazem parte da diretoria.

As tabelas a seguir procuram dar uma visão geral dos principais tópicos referidos no balanço.

COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO	
COMISSÕES	GRUPOS DE TRABALHO
Acompanhamento dos Processos Legislativos	Avaliação Psicológica e Testes
Análise para Concessão de Título Profissional de Especialista	História e Memória da Psicologia
Assistência Social	Sistema Prisional
Auditoria e Controle Interno (permanente)	Interinstitucional Emergências e Desastres
Comunicação (permanente)	Psicologia e Povos Indígenas
Criança e Adolescente	
Direitos Humanos (permanente)	
Ética (permanente)	
Licitação (permanente)	Videoclube
Orientação e Fiscalização (permanente)	
Psicologia e Educação	
Saúde	
Sexualidade e Gênero	

ATIVIDADES REGIMENTAIS		2009	2010
PLENÁRIAS ORDINÁRIAS		24	24
ORIENTAÇÕES (telefone, e-mail, presencial e por Conselheiro)		8301	12.105
FISCALIZAÇÕES		359	236
PLENÁRIAS ÉTICAS E DE JULGAMENTOS		49	35
PROCESSOS ÉTICOS	Em andamento	397	386
	Oitiva das partes envolvidas nos processos	84	101
	Julgados	34	35
	Arquivados	03	08
	Advertências	22	15
	Multas	01	01
	Censuras públicas	07	09
	Suspensão do exercício profissional por 30 dias	00	01
Cassações de Exercício profissional	01	01	

COMUNICAÇÃO	2009	2010
JORNAL PSI (tiragem 72 mil exemplares) edição bimestral	05	05
CADERNOS TEMÁTICOS (tiragem com cerca de 1.500 exemplares)	03	03
LIVROS TEMÁTICOS	00	01
SESSÕES DO VIDEOCLUBE	09	08
BOLETIM ELETRÔNICO	13	15
INFORMATIVO ELETRÔNICO	26	29
PROGRAMAS TV DIVERSIDADE	11	05

REGISTRO CARTEIRA DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL (CIP)	2009	2010
Total de inscritos ativos - Pessoa Física	64.941	67.033
Total de inscritos - Pessoa Jurídica	1.658	1.777
Inscrições Secundárias	263	340
Inscrições no decorrer do ano	4.707	4.534
Cancelamentos no decorrer ano	1.626	2.103
Transferências para outros estados da União	87	243
Isentos por idade	98	329
Reativações	178	254

Foto: J. L. / Agência de Notícias do Brasil

2010

ATENDIMENTO	2009	2010
Situações atendidas por telefone	8.134	10.875
Situações por e-mail	2.354	3.148
Atendimentos pessoais	4.230	6.829

BALANÇO FINANCEIRO

Período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010
(Valores em reais)

RECEITA	EFETIVO ATÉ 31/12/2010
Contribuições	14.772.331,49
Patrimoniais	1.564.607,79
Serviços	148.160,51
Outras receitas concorrentes	3.409.177,38
Crédito suplementar	0,00
RECEITAS BRUTAS	19.894.277,17
(-) DEDUÇÕES AUTOMÁTICAS	
Cota Parte CFP	3.615.661,84
Contribuições a conta divulgação	904.197,61
PASEP	37.359,56
Fundo Seções Estaduais	254.829,57
TOTAL DEDUÇÕES	4.812.048,58
RECEITA LÍQUIDA	15.082.228,59
DESPESAS	
Pessoal Civil	6.023.763,64
Materiais de Consumo	401.940,30
Serviços de Pessoa Física	179.607,90
Serviços de Pessoa Jurídica	3.767.114,56
Serviços de Impressão	684.049,87
Serviços de Assessoria	360.979,55
Hospedagem	244.912,99
Impostos, Taxas e Multas	28.859,85
Outras Tarifas	227.782,07
Transportes	596.994,68
Diárias	686.800,19
Investimentos	519.621,93
TOTAL DE DESPESAS	13.722.427,53
Resultado do Período (2010)	1.359.801,04
Resultado Acumulado de Anos Anteriores	11.098.988,57
RESULTADO FINAL – CAIXA	12.458.789,61 9.000.000,00 já empenhados em compra ou reformas de imóveis

VIII CONGRESSO REGIONAL DE PSICOLOGIA E ELEIÇÕES

Eventos Preparatórios e pré-congressos	233.567,90
Congresso Regional - COREP	299.528,87
Processo Eleitoral	302.574,13
TOTAL	835.670,90

Conselheira Presidente | **Carla Biancha Angelucci**
Conselheira Tesoureira | **Fernanda Bastos Lavarello**
Contadora | **Célia Pereira**

SISTEMA PRISIONAL

resolução vale até 2 de junho

Conforme deliberado durante reunião da Assembleia das Políticas Administrativas e Financeiras – APAF, o Conselho Federal de Psicologia publicou no Diário Oficial da União – DOU, em 7 de fevereiro de 2011, a Resolução do CFP nº 002/2011, que prorroga a suspensão dos efeitos da Resolução do CFP nº 009/2010 até 2 de junho. A Resolução do CFP nº 009/2010 havia sido publicada no DOU de 30 de junho de 2010, regulamentando a atuação do psicólogo no sistema prisional.

A atual resolução altera a informação anterior divulgada pelo CFP, que dava a suspensão até 02 de março. A polêmica em torno da Resolução, editada em junho de 2010, concentra-se em seu artigo 4º. De acordo com o dispositivo, é vedado aos psicólogos a realização de exame criminológico e a participação em ações ou decisões que envolvam práticas de caráter punitivo e disciplinar. Portanto, para o psicólogo que atua nessa área, as eventuais ações punitivas, previstas na Resolução do CFP nº 009/2010, não serão aplicadas enquanto vigorar a Resolução do CFP nº 002/2011.

Em maio será realizada nova APAF e até lá estão programadas audiências públicas. Esses encontros têm por objetivo aprofundar ainda mais a discussão sobre o tema, que toca em questões éticas da profissão.

MINISITE DIVULGA EVENTOS DO CREPOP

O Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas Públicas – Crepop de São Paulo lançou, no início de março, um minisite com o objetivo de divulgar para os psicólogos paulistas os eventos que o Centro promove no estado.

Ao digitar o endereço www.crsp.org.br/crepop, o psicólogo poderá ficar em dia com a programação de encontros promovido pelo Crepop SP, e fazer as inscrições via internet. Como aconteceu com o evento de divulgação do Documento de referência para atuação do psicólogo em vara de família, realizado no dia 24 de março, na sede do Conselho, que teve inclusive transmissão *on-line*.

Para as outras informações relativas ao Centro, o principal canal de comunicação continua sendo o *site* do Crepop nacional: crepop.pol.org.br.

CRP SP WEBTV: PRIMEIRAS TRANSMISSÕES

A aquisição e instalação de equipamentos de vídeo e áudio no auditório do Conselho, no final de 2010 e início de 2011, permitiram a concretização de um antigo projeto, a criação da CRP SP Web TV.

Além de modernizar o auditório para a realização de eventos, a nova estrutura permite a transmissão ao vivo, via internet, dos encontros realizados na sede. Com isso, o psicólogo poderá acompanhar de qualquer computador com acesso à internet encontros que dizem respeito a sua atuação profissional e até expor sua opinião ou fazer perguntas para serem respondidas ao vivo. Mesmo que não tenha conseguido inscrever-se para assistir ao evento *in loco*.

A Web TV pode ser acessada diretamente do *site* do CRP. Lá haverá também informações sobre os próximos eventos a serem transmitidos bem como os *links* com a gravação de encontros transmitidos.

VI PRÊMIO ARTHUR BISPO DO ROSÁRIO

inscrições até 31 de maio

O prêmio Arthur Bispo do Rosário chega em 2011 a sua sexta edição. Até o dia 31 de maio, os artistas usuários de serviços de saúde mental poderão inscrever suas obras no site do CRP SP. O Prêmio prevê seis categorias artísticas:

- Esculturas/instalações
- Pinturas e ilustrações
- Fotografias
- Poesias
- Contos e crônicas
- Vídeos

Serão premiados os três primeiros colocados em cada categoria (com dedução de impostos): R\$ 2 mil para o 1º lugar; R\$ 1,5 mil para o 2º lugar; R\$ 1 mil para o terceiro

colocado. Os demais, até o 10º lugar, receberão certificados de Menção Honrosa.

O concurso é aberto a todos que, direta ou indiretamente utilizaram serviços de Saúde Mental nos CAPS, nos Centros de Convivência, nos atendimentos psicológicos ou psiquiátricos das UBS, por exemplo.

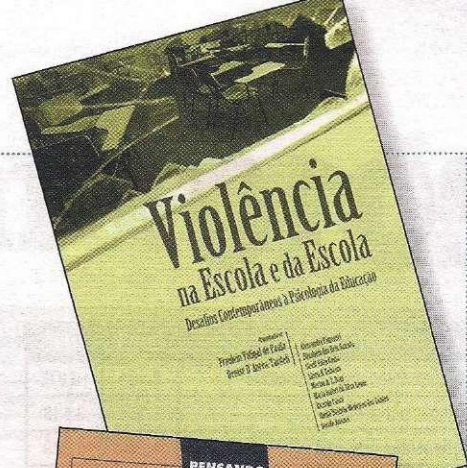
Navegue pelo site www.crsp.org.br/premio para saber como participar, os prazos para inscrição de trabalho, entre outras informações. Consulte também: eventos02@crsp.org.br; telefone: (11) 3061-9494, ramais 111, 130, 137 e 317. Participe e divulgue!

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E DA ESCOLA: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS À PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Denise D'aurea-Tardeli e Fraulein Vidigal de Paula (orgs.), São Paulo, Metodista, 2010, 139 ps.

A violência é um dos fatores que mais peso tem na baixa qualidade do ensino. A partir disso, todos somos vítimas, pois o cotidiano de crianças e jovens é alterado em escolas cujas circunstâncias as converteram em verdadeiros campos de batalha. Por isso, é necessário focar a atenção em estudos e experiências que estimulem a capacidade de promoção de novas formas de troca e transformação social.

PREÇO: 35,00 | TELEFONE: (11) 4366-5180 | INTERNET: www.metodista.br/editora



A DINÂMICA DA PARTICIPAÇÃO LOCAL NO BRASIL

Leonardo Avritzer (org.), São Paulo, Cortez, 2011, 472 ps.

Este é o resultado de pesquisas sobre a participação realizada durante quase dez anos no país, por meio do Projeto Democracia Participativa da UFMG, coordenado pelo professor Avritzer. Apresenta estudos comparativos inéditos em 29 cidades das cinco regiões brasileiras. São analisadas formas de participação local, como os conselhos de políticas e as experiências de orçamento participativo. Esses espaços são comparados em vários aspectos, tais como: a capacidade deliberativa; a capacidade administrativa; a normatividade; a potencialidade inclusiva; relações de gênero.

PREÇO: R\$ 45,00 | TELEFONE: (11) 3864-0111 | INTERNET: www.cortezeditora.com.br



SAÚDE E DOENÇA NO TRABALHO – UMA PERSPECTIVA SOCIODRAMÁTICA

Maria Luiza Gava Schmidt, São Paulo, Casa do Psicólogo, 2011, 258 ps.

A autora percorre as ideias de Jacob Levy Moreno, sistematizando sua teoria e prática, trazendo reflexões sobre a complexidade do processo saúde-doença no trabalho. A abordagem do tema focaliza a interrelação dos desdobramentos emergentes das condições e da organização do trabalho e os impasses por eles causados – o que afeta a saúde dos trabalhadores. Para demonstrar sua hipótese, a autora apresenta uma experiência de direção de grupo, por meio do método sociodramático, realizada com profissionais de enfermagem.

PREÇO: R\$ 54,00 | TELEFONE: (11) 3034-3600 | INTERNET: www.cortezeditora.com.br

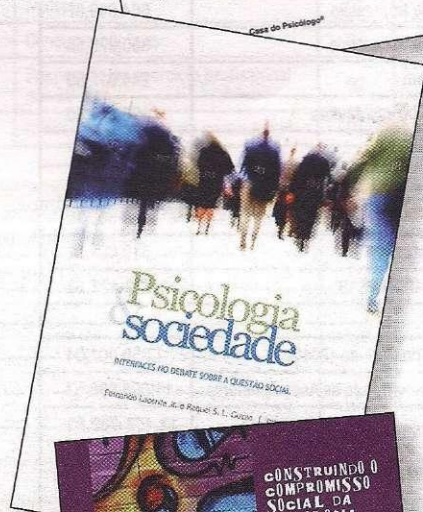


PSICOLOGIA & SOCIEDADE: INTERFACES NO DEBATE SOBRE A QUESTÃO SOCIAL

Fernando Lacerda Jr. e Raquel S. L. Guzzo (orgs.), São Paulo, Alínea e Átomo, 2011, 286 ps.

A Psicologia tradicional, que circula nos cursos de formação básica, assim como os modelos de atuação presentes no exercício profissional em diferentes espaços, não mais respondem às questões sociais hoje presentes. Este livro se traduz em alternativa para uma revisão dos atuais programas de formação, por isso, é indicado a professores e estudantes de Psicologia, Educação, Serviço Social e diversas especialidades da formação em Saúde, especialmente aquelas mais diretamente presentes no serviço público.

PREÇO: 32,00 | TELEFONE: (11) 4062-5152 | INTERNET: www.relativa.com.br

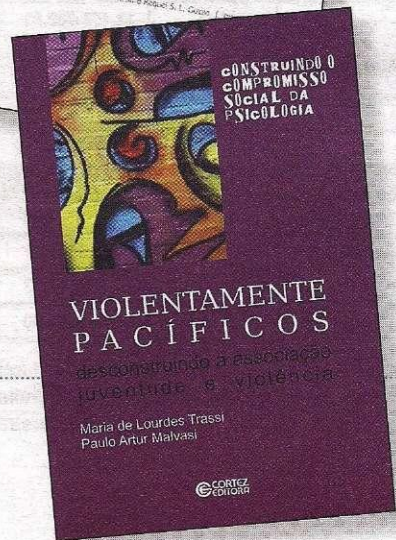


COLEÇÃO CONSTRUINDO O COMPROMISSO SOCIAL DA PSICOLOGIA

Ana Bahia Bock (coord.), São Paulo, Cortez, 2010.

O compromisso social da Psicologia hoje é uma realidade só possível porque muitos profissionais dedicaram suas competências a produzir novas formas de pensar e atuar na sociedade a partir da Psicologia e conhecimentos afins. O discurso que apresenta o compromisso como possibilidade real de atuação está fortalecido, sistematizando e divulgando a nova práxis. São quatro livros: Violentamente Pacíficos (128 ps.), Orientação profissional para as classes pobres (152 ps.), HIV/Aids e Psicologia (144 ps.), Subjetividade e Políticas Públicas (136 ps.).

PREÇO: R\$ 19,20 | TELEFONE: (11) 3611-9616 | INTERNET: www.cortezeditora.com.br



A seção ESTANTE é feita em parceria com a Biblioteca Virtual em Saúde Psicologia (BVS-Psi).
Informações: www.bvs-psl.org.br

DIREITOS HUMANOS

novas ações em campinas e piracicaba

Uma parceria entre a subseção de Campinas do CRP SP, representantes da sociedade civil e o poder legislativo de Campinas e de Piracicaba tem dado fôlego extra às ações em Direitos Humanos nessas duas cidades. O pontapé inicial foi dado no dia 10 de dezembro de 2010. Uma série de eventos públicos comemorou os 62 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos nos dois municípios e colocou em discussão a efetiva implantação de conselhos municipais sobre a matéria.

Desde então, reuniões envolvendo as subseções e entidades locais

têm sido constantes, culminando com a criação de encontros para discutir especificamente a matéria. Para tanto, em Campinas foi criado um Fórum Regional, cuja primeira reunião foi no dia 4 de fevereiro. Piracicaba, por sua vez, conta agora com um Fórum Municipal, que estreou no dia 9 de fevereiro. Em ambos os casos, a construção coletiva busca dar maior solidez aos futuros Conselhos Municipais de Direitos Humanos. Fica, então, aberto o convite para que os psicólogos dessas duas regiões do estado participem e contribuam com esse processo.

participe do JORNAL PSI

acesse a página do jornal no site
e envie sua sugestão de reportagem

CURSO DE FORMAÇÃO EM PSICANÁLISE

*Credenciado pelo Conselho Federal de Psicologia

COORDENAÇÃO: ERNESTO RAUL DUVIDOVICH (CRP06/7745) E WALKIRIA DEL PICCHIA ZANONI (CRP06/5039)

INÍCIO: 08/09/11, MANHÃ E NOITE • DURAÇÃO: 3 ANOS
HORÁRIOS: 5ª FEIRA, 9H ÀS 12H OU 18H ÀS 21H.

Informações pelos telefones: 11 3864-2330 / 3865-0017 ou

acesse

www.centropsicanalise.com.br
cep@centropsicanalise.com.br



INSCRIÇÕES ABERTAS



Cursos de capacitação,
grupos de apoio e
supervisão institucional
para profissionais da
área social.

www.nepacc.com.br



Instituto de Psicologia
e Acupuntura
Espaço Consciência

Especialização
em Acupuntura

Curso registrado na SOBRAPA/CFP

Informe-se sobre início de turma.

Telefone: 11 2604 3367 ou 3571 9502;

Site: www.psicologiaeacupuntura.com.br

(CRPSP PJ 2557 CNPJ 05.194.742/0001-19)

Ψ P P E S P

INSTITUTO PAULISTA DE PSICOLOGIA,
ESTUDOS SOCIAIS E PESQUISA
CRP PJ 06/2686 CNPJ 05.469.707/0001-65
EPSP Escola de Psicologia de São Paulo

* CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO PARA PSICÓLOGOS (2 ANOS)

Psicoterapias Psicodinâmicas de base winnicottiana

* CURSOS DE EXTENSÃO PARA ESTUDANTES E PROFISSIONAIS
NAS ÁREAS DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E ORGANIZACIONAL
(2 OU 4 MESES)

Coord.: Prof.Dr.Joaquim Gonçalves Coelho Filho - CRP06/35761

Consulte Programas dos Cursos

www.ippesp.com.br

EPSP Escola de Psicologia de São Paulo
Rua Luis Góis, 1185 - 04043-300 - Metrô Santa Cruz
PABX 5594.1226



FORMAÇÃO E PSICOTERAPIA ESTRATÉGICA COM HIPNOTERAPIA ERICKSONIANA



INSTITUTO MILTON H. ERICKSON de SÃO PAULO e de HIPNOTERAPIA EDUCATIVA

Destinado à: Psicologia Clínica, Hospitalar e Psiquiatria.

Objetivos: uso da hipnose como instrumento na psicoterapia para torná-la mais rápida e eficiente, tratando as causas e não havendo deslocamento de sintomas.

Algumas das dificuldades a serem abordadas serão: traumas, síndrome do pânico, fobias, depressão, ansiedade generalizada, baixa auto-estima, disfunções sexuais, luto e problemas de relacionamento.

Método: o curso é inteiramente apostilado, com demonstrações clínicas de professores e exercícios práticos entre os alunos.

Duração: 22 encontros, um sábado por mês

Data de início: 28 de maio de 2011

(11) 5585 - 3372

www.hipnoterapia.com.br



Conselho Regional
de Psicologia SP

